REVISTA NACIONAL DE REABILITAÇÃO

REAÇÃO

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E DIVERSIDADE ASSISTIVA

Ano XXIX
ED. Nº 165
Janeiro/Fevereiro
(Março) 2026

ESPECIAL - Resultado da Pesquisa "O Carro do Ano para PcD 2025"

CATEGORIA SUV - 2025
1º Lugar – Kicks (Nissan)

CATEGORIA COMPACTO
1º Lugar – Yaris (Toyota)

CATEGORIA ELÉTRICO
1º Lugar – Dolphin Mini (BYD)

CATEGORIA SEDAN - 2025
1º Lugar – Onix Plus (Chevrolet/GM)

Por que utilitários não tem direito a isenção para PcD?

LONGEVIDADE

O Brasil Abraça o Cuidado a PcD, idosos e cuidadores

CONHEÇA A MAIOR
GRÁFICA BRAILLE
DA AMÉRICA LATINA

FastBraille

ACESSIBILIDADE
NA VELOCIDADE NECESSÁRIA

SOMOS A FORMA MAIS RÁPIDA E INTELIGENTE PARA FAZER SUA EMPRESA COMEÇAR A ATENDER, DE VERDADE, PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO.

Sabia que no Brasil somos mais de 6,5 milhões de pessoas com baixa visão e 540 mil pessoas cegas? A impressão braille-tinta vai além de uma obrigação legal, é a tecnologia ideal e insubstituível para assegurar a plena inclusão desse público no uso de documentos, e na leitura de livros, cardápios e materiais de comunicação. Venha participar deste mundo acessível com a Fast Braille.

fastbraille.com.br (11) 98995-7033 contato@fastbraille.com.br fast.braille

A Revista Nacional de Reabilitação - REAÇÃO é uma publicação bimestral da C & G 12 Editora Ltda

Telefone (PABX):(11) 3873-1525

www.revistareacao.com.br
contato@revistareacao.com.br

Diretor Responsável – Editor
Rodrigo Antonio Rosso

Administração e Financeiro
Patricia Regina

Diagramação
Woow Marketing 360º

Consultores Técnicos
Renato Baccarelli
Suely Carvalho de Sá Yanez
Romeu Sassaki (In Memoriam)
Carlos Roberto Perl (In Memoriam)

Colaboradores
Colaboradores
Kelly Freymann
Celise Melo
Kica de Castro
Bruno Oliveira de Carvalho
Igor Lima
Fabiano D'agostinho
Guto Maia
Ana Lúcia de Oliveira
William Machado
Ricardo Beráguas
Jorge Luiz Ussier
Robson de Souza
Alessandra Corrales
Débora Rodrigues
Salomão Jr
Cleusa Sonnewend
Sérgio Taldo
Frederico M. Cohrs
Marcos Freitas

Tiragem: 10 mil exemplares

Redação, Comercial e Assinaturas:
adm@cg12.com.br

É permitida a reprodução de qualquer matéria ou artigo publicado na REVISTA REAÇÃO – Revista Nacional de Reabilitação – desde que seja citada a fonte.

*Os artigos assinados não expressam necessariamente a opnião deste veículo, sendo assim, é de responsabilidade exclusiva de seus autores.

APOIO:

Rehabilitation International

ABRIDEF

@revistareacao @revistareacao

EDITORIAL

Polilaminina: a descoberta brasileira que pode mudar a história !

Desde que o mundo é mundo, o sonho de toda pessoa com deficiência física é poder voltar a andar. E para isso não se mediram esforços. Muitos se submeteram a vários experimentos e tentativas, mas que até então, mesmo com alguma esperança, foram sem sucesso. Americanos, russos, israelenses, canadenses, japoneses, suíços, alemães... todos tentaram, mas ninguém conseguiu evoluir em suas pesquisas. Mas, quis o destino que uma pesquisadora brasileira, em pleno século 21, fosse aquela que conseguiria descobrir o que por séculos outros não conseguiram.

Ela é hoje a figura mais vista nos telejornais, programas de entrevistas na TV e na Internet, Redes Sociais, jornais, revistas, rádios e portais, blogs... tudo. O nome dela é Dra. Tatiana Sampaio, da UFRJ, e ela coordena uma linha de pesquisa dedicada à regeneração da medula espinhal, com foco na recuperação de movimentos em pessoas que sofreram paralisia em decorrência de lesões graves. O trabalho desenvolvido por sua equipe explora terapias regenerativas e estratégias biomédicas voltadas à estimulação da reconexão neural, buscando reativar funções motoras que por muito tempo foram consideradas irreversíveis. Ela descobriu e desenvolveu a Polilaminina – palavra difícil, mas a mais falada e escrita das últimas semanas – ela é derivada da proteína "laminina", natural e abundante na placenta humana, que age como uma "base" para regenerar tecidos e estimular a reconexão neural, como um "tapete" ou um "andaime" para as células, ajudando-as a se prenderem, crescerem organizadas e cicatrizarem após lesões, com grande potencial para restaurar movimentos em lesões da medula espinhal. No sistema nervoso, ela orienta e estimula o crescimento dos prolongamentos dos neurônios e auxilia no processo crucial para a transmissão de impulsos nervosos.

A Polilaminina mostrou resultados promissores na recuperação de funções motoras e sensibilidade em pacientes com paraplegia e tetraplegia, tanto em lesões recentes quanto antigas, embora os efeitos sejam mais expressivos logo após o trauma.

Recentemente, a ANVISA autorizou o início de estudos clínicos de fase 1, para avaliar sua segurança em humanos. Embora os resultados preliminares sejam animadores e promissores, ainda não é um tratamento disponível, e a ciência precisa concluir as próximas fases para confirmar sua eficácia e segurança em larga escala.

Alguns resultados já estão sendo apresentados pela imprensa, como o caso de Bruno Drumond, tetraplégico, que depois do uso da Polilaminina está andando normalmente e até treinando na academia. Mas, apesar de encher PcD de esperança, não só no Brasil, mas em todo o mundo, é bom lembrar que AINDA é uma fase de TESTES. Nem todos os casos de tetraplegia ou paraplegia podem ter resultados positivos. Até agora, o que se sabe, é que os resultados são mais positivos nas pessoas que são recém lesionadas. Vamos aguardar, dar tempo ao tempo, deixar a equipe da Dra. Tatiana trabalhar em paz e focada na pesquisa. Isso vale para a imprensa em geral. Repito e imploro: deixe a doutora trabalhar ! Deixe sua equipe continuar as pesquisas. Tanta exposição, tantas entrevistas, tantos holofotes podem tirar o foco daquilo que é o que realmente importa. Só pelo que ela alcançou até aqui já merece um Prêmio Nobel. Mas vamos dar tempo ao tempo, sem colocar a carroça na frente dos bois. Ainda tem muito chão pela frente e muita coisa a se descobrir e se aprimorar.

Rodrigo Rosso
Diretor/Editor

"Em ti, Senhor, confio; nunca me deixes confundido... Inclina para mim os teus ouvidos, livra-me depressa;... Porque tu és a minha rocha e a minha fortaleza; assim, por amor do teu nome, guia-me e encaminha-me". **Salmos 31:1-2 e 3**

NOVO

ECLIPSE CROSS 2026

UM FENÔMENO PARA QUEM DIRIGE.

DE ~~R$ 173.990~~

POR

R$ 149.990*

*PREÇO VÁLIDO PARA VERSÃO RUSH

MIT PCD

APROVEITE CONDIÇÕES EXCLUSIVAS PARA PCD

MITSUBISHI
MOTORS
AFRICA CREATIVE/TM
4X4
É MITSUBISHI
5
ANOS DE
GARANTIA
CONDIÇÃO VÁLIDA DO ECLIPSE CROSS RUSH 2026 EXCLUSIVAMENTE PARA PCD (PESSOA COM DEFICIÊNCIA) NO VALOR À VISTA DE R$ 173.990 POR R$ 149.990, JÁ CONTEMPLANDO A ISENÇÃO DE IPI, NÃO EXTENSIVA ÀS DEMAIS CATEGORIAS DE VENDA DIRETA (FROTISTA, LOCADORAS, PRODUTOR RURAL, ETC.). OFERTA VÁLIDA DE 01/08/2025 ATÉ 01/04/2026. PARA PRAZO CONSULTE O CONCESSIONÁRIO DE SUA PREFERÊNCIA. FATURAMENTO DEVE SER REALIZADO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA E REGULAR EXIGIDA PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE. RESSALTANDO QUE, POR SE TRATAR DE VENDA DIRETA, O PROPRIETÁRIO DEVERÁ RESPEITAR AS REGRAS DE PERMANÊNCIA MÍNIMA DE PROPRIEDADE DO VEÍCULO.

POR Igor Lima

O fim da própria vida de Mães Atípicas no Brasil: uma tragédia invisível que exige Resposta Jurídica, Social e Humanitária

A maternidade atípica - condição em que a mulher assume o cuidado integral de um filho com Transtorno do Espectro Autista (TEA), outras deficiências, síndromes ou condições de neurodesenvolvimento - tornou-se uma face dolorosa de um problema sistêmico que o Brasil ainda reluta em reconhecer em sua magnitude. Apesar de a legislação brasileira prever direitos e garantias para as pessoas com deficiência, as consequências humanas da ausência de políticas públicas robustas para apoiar as mães atípicas têm se mostrado devastadoras: sobreposição de carga emocional e física, adoecimento mental, depressão profunda e, em casos extremos, o fim da própria vida.

Quem são as Mães Atípicas e o que enfrentam ?

O termo mães atípicas descreve mulheres que, ao receberem o diagnóstico de que seu filho tem TEA ou outra condição que demanda cuidados intensivos, vivenciam uma realidade de maternidade radicalmente distinta: jornadas extenuantes, isolamento social, abandono familiar e falta de apoio institucional. Para muitas delas, o sofrimento não nasce da convivência com seus filhos - que amam profundamente – mas, sim da falta de uma rede de apoio digna, acessível e contínua. Falta de terapia no tempo necessário, falta de profissionais de saúde mental, dificuldade de acesso à educação inclusiva, barreiras no mercado de trabalho e estigma social caracterizam o cotidiano destas mulheres.

A sobrecarga que adoece quem cuida

Embora cada história seja única, hipoteticamente, é possível visualizar a realidade enfrentada por inúmeras mães atípicas: mulheres que deixam suas carreiras porque o filho necessita de terapias diárias, que vivem sem rede de apoio, que passam meses sem conseguir atendimento psicológico para si próprias, que dormem pouco, vivem em estado constante de alerta e carregam sozinhas o peso físico, emocional e financeiro do cuidado integral.

O sofrimento da mãe é raramente discutido: pouco se fala sobre o desgaste físico, psicológico e emocional que acompanha cada crise, cada decisão e cada rotina diária. Em muitas residências, adaptações físicas tornam-se necessárias: tomadas inacessíveis, reorganização de móveis e barreiras para proteger a criança, refletindo como o cuidado altera radicalmente o ambiente familiar.

Famílias e círculos sociais frequentemente excluem a mãe e a criança de festas e eventos, justificando que o filho não se adapta a barulhos ou aglomerações. Isso aumenta o constrangimento, a solidão e a sensação de culpa da mãe. Em alguns casos extremos, o cuidado se torna traumático, e mães podem sofrer agressões físicas involuntárias do próprio filho, sem possibilidade de delegar responsabilidades ou buscar respiro. A mãe atípica parece não ter direito de se cuidar, de falhar ou até mesmo de morrer: sua existência é consumida pelo cuidado in-

tegral, enquanto a sociedade e o Estado oferecem pouco suporte. Muitas pessoas, até familiares distantes, evitam a criança como se sua condição fosse uma doença, isolando ainda mais a mãe e reforçando seu sofrimento silencioso. Pesquisas científicas mostram que mães de crianças com TEA apresentam níveis de estresse e sintomas depressivos muito superiores aos de mães de crianças com desenvolvimento típico, evidenciando o impacto do isolamento, da pressão social e da ausência de suporte institucional.

O luto da vida que não pôde ser vivida

Existe ainda um luto pouco nomeado: o da vida que não pôde ser vivida. Muitas mães atípicas convivem com a interrupção de trajetórias profissionais, a redução drástica da vida social e a transformação de sua identidade pessoal, que passa a ser quase inteiramente absorvida pelo papel de cuidadora. Esse luto não diminui o amor pelos filhos, mas expressa a dor legítima de projetos suspensos, sonhos adiados e da sensação de desaparecimento de si mesma enquanto indivíduo.

Impacto social e econômico da sobrecarga

A sobrecarga das mães atípicas não afeta apenas sua saúde, mas também a estrutura familiar e a sociedade. Esse desgaste reflete-se em: redução da produtividade familiar e profissional, custos indiretos ao sistema público de saúde e maior dependência de programas sociais emergenciais.

O cuidado como trabalho invisível e não remunerado

A maternidade atípica impõe uma jornada contínua, técnica e essencial, que raramente é reconhecida como trabalho. Essas mulheres coordenam terapias, realizam mediação escolar, administram medicações, acompanham consultas, organizam rotinas terapêuticas complexas e monitoram crises comportamentais. Na prática, atuam como cuidadoras, educadoras, gestoras da saúde e da vida diária de seus filhos. No entanto, esse trabalho permanece invisível, não remunerado e desprovido de reconhecimento jurídico adequado, apesar de ser ele que viabiliza, na prática, o exercício dos direitos da pessoa com deficiência.

Impacto de gênero e empobrecimento feminino

A sobrecarga do cuidado recai, majoritariamente, sobre as mulheres. O resultado é um processo silencioso de empobrecimento feminino, marcado pela perda de autonomia financeira e pela ruptura de projetos de vida. Essa realidade conecta diretamente a pauta da deficiência aos direitos das mulheres e à justiça social, revelando que a ausência de políticas de apoio ao cuidado não produz apenas desgaste emocional, mas também desigualdade estrutural de gênero.

O papel da sociedade civil e coletivos de mães

Coletivos e organizações de mães atípicas têm se destacado como rede de acolhimento, suporte psicológico e orientação jurídica, mas muitas vezes operam de forma fragmentada e sem reconhecimento institucional. Essas iniciativas demonstram a importância da mobilização social, mas também evidenciam a lacuna do Estado em garantir suporte contínuo e estruturado. O reforço científico mostra que famílias e sociedade têm papel fundamental na proteção emocional dessas mães, reduzindo o risco de adoecimento grave e do fim da própria vida.

Saúde mental e prevenção

O adoecimento das mães atípicas pode ser prevenido quando políticas públicas e serviços de saúde reconhecem e apoiam o cuidador principal. Aspectos essenciais incluem: atendimento psicológico contínuo e especializado, programas de prevenção ao esgotamento emocional, monitoramento de sinais de depressão, ansiedade e ideação de fim da própria vida, além de acesso facilitado a terapias complementares para os filhos e a construção de redes de apoio familiar e social como fator protetivo.

Políticas públicas necessárias

O Estado precisa adotar medidas estruturadas para reduzir a sobrecarga, como: apoio financeiro direto às mães cuidadoras, flexibilização da jornada de trabalho e pausas estratégicas, garantia de terapias e atendimento psicossocial contínuos e integração entre saúde, educação e assistência social.

O adoecimento invisível e as ideações de fim da Própria Vida

Estudos científicos ressaltam que a sobrecarga emocional enfrentada por mães de crianças com TEA é tão intensa que pode ser comparada ao estresse de combatentes em zonas de guerra. A literatura acadêmica demonstra que fatores como ansiedade, depressão, isolamento familiar e social e ausência de suporte psicológico contínuo pavimentam o caminho para ideação de fim da própria vida. Casos relatados por coletivos e estudos sobre a temática apontam para uma realidade alarmante: mães que chegam ao limite psíquico por viverem em um contexto extremo de sofrimento e desamparo institucional. “Quando o Estado falha com a criança com deficiência, quem adoece primeiro é a mãe — e quem chega ao fim da própria vida em silêncio é a política pública.” O fim da própria vida de mães atípicas é um indicador grave de um problema sistêmico: o Brasil reconhece direitos em lei, mas falha na sua execução plena e na proteção das pessoas que mais precisam de acolhimento.

Igor Lima
é advogado (OAB/RJ), Pós-Graduado em Direitos Humanos e Pós-Graduando em Direito Ambiental, ESG e Sustentabilidade e Gestão de Departamento Jurídico. Membro da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB, palestrante e escritor, com obra lançada no STJ, citada no STF e utilizada como referência em processos seletivos no Brasil. Atua em palestras no MPRJ, UERJ, UFRJ e outras instituições de renome. Voluntário no IN Movimento Inclusivo e referência nacional na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, acessibilidade, inclusão e direitos humanos.
E-mail: igorlimadc@gmail.com

Mais de 45 mil alunos com deficiência visual – cegos e com baixa visão - estão iniciando 2026 sem livros didáticos em Braille

Desde o final de 2025, a ABRIDEF – Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva para PcD vem manifestando profunda preocupação com a resposta do FNDE – Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, sobre a situação dos livros didáticos em Braille para 2026.

Embora o órgão afirme que "o atendimento a estudantes cegos e com baixa visão está assegurado", os fatos e os prazos mostram uma realidade bem diferente, e que exige uma ação imediata e urgente por parte do governo.

O saldo contratual mencionado pelo FNDE para alegar que tudo "está assegurado", corresponde a apenas a 30% da reposição do material didático de 2024, referente a contratos antigos e ainda não executados. Esse volume cobre aproximadamente apenas 500 alunos e não se aplica ao ciclo de 2026, que segue até o momento, sem novos editais publicados, sem cronograma oficial e sem garantia de execução desses livros a tempo para atender o ano letivo de 2026, mesmo que eles sejam comprados agora pelo MEC. Já estamos finalizando o primeiro trimestre de 2026.

Percebam o tamanho do absurdo e do descaso com a educação e o desrespeito para com as pessoas com deficiência por parte do Governo Federal.

Para se ter ideia, os livros do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) deveriam ter seus editais publicados entre abril e maio de 2025 – ano passado - para que os materiais fossem entregues até o início de 2026. Todo material didático impresso em Braille-Tinta tem sua produção mais demorada que um material comum, mais elaborada, tem que ser supervisionado e aprovado pelo IBC – Instituto Benjamim Constant até para atestar que o Braille está correto e condizente com o aprendizado e com o contexto do material impresso. A produção de livros em Braille é um processo técnico, quase artesanal, que exige avaliação, transcrição, revisão e impressão, etapas que juntas levam de 6 a 9 meses para serem concluídas.

Já estamos em 2026 e mesmo que o edital, que não saiu em 2025, saísse agora, mesmo que ele saia imediatamente, será quase impossível que os livros cheguem aos alunos ainda no primeiro semestre deste ano.

Já o edital de reposição de livros para o Ensino Fundamental I e II, que deveria ter sido lançado em setembro de 2025, também não saiu até hoje. E mesmo que os editais atrasados de 2025 – do ano passado - saiam agora, o tempo técnico necessário para a produção e distribuição dos livros não existe mais.

Ai fica a pergunta: é falta de verba ?

Essa pergunta é fácil de responder: Não ! O problema não é falta de verba, é pura e simplesmente falta de gestão e, porque não dizer, excesso de descaso. As despesas desse governo, só com diárias, passagens e locomoção em viagens internacionais em 2025 atingiram R$ 3,88 bilhões. O maior gasto com dinheiro público com viagens em 11 anos ! O governo encerrou 2025 com pagamento recorde de R$ 31,5 bilhões em emendas parlamentares. E estes são só alguns dos tantos gastos na máquina pública. Não tem desculpa e nem explicação. O governo tem que cumprir a lei, respeitar os direitos das pessoas com deficiência e aplicar corretamente o dinheiro público dos impostos dos cidadãos. Educação é DIREITO DE TODOS ! E é assegurado pela Constituição, pela LBI – Lei Brasileira de Inclusão, pela ECA e por vários tratados internacionais que o Brasil é signatário.

Observe que o orçamento do PNLD – Programa Nacional do Livro Didático é de R$ 5 bilhões por ano. E o investimento em

livros didáticos para atender os cerca de 45 mil estudantes cegos e com baixa visão em idade escolar – número este oficial do IBGE - é de menos de 1% deste valor. Apenas menos de 1% do orçamento do PNLD, ficando na casa dos R$ 40 milhões. O que são R$ 40 milhões perto de um total de R$ 5 Bilhões ? É ou não é descaso ? É ou não é falta de humanidade e uma irresponsabilidade com milhares de crianças e jovens com deficiência ?

É um DIREITO CONSTITUCIONAL, não é um favor. O governo precisa agir agora, publicar os editais já ! E executar o que já está pendente. Com o atraso atual, já é certo que o ano letivo de 2026 já teve seu início prejudicado, sem livros em Braille em grande parte das escolas públicas. E a cada dia que passa, sem essa decisão da publicação dos editais de compra desse material, aumenta o prejuízo irreparável na vida de milhares de estudantes.

Isso é uma vergonha para uma nação que se diz uma "pátria educadora", um governo que se "vende" como de "união e reconstrução", que passa a informação à população de que está "ao lado do povo brasileiro". E ficam então as perguntas: Que educação ? Que reconstrução ? Ao lado de quem, se o povo mais necessitado está cada vez mais esquecido e deixado de lado ? A educação e o aprendizado é o que ficam com as pessoas para uma vida inteira. E é isso que estão retirando de jovens e crianças com deficiência. O direito à educação, à dignidade e o respeito à sua cidadania plena.

Nunca na história desse país faltaram livros em Braille

Parodiando uma frase dita várias vezes pelo próprio presidente da República: "nunca na história desse país"... Pois é: "nunca na história desse país" os livros em Braille deixaram de ser comprados e entregues aos alunos com deficiências visuais. Só que poucos sabem disso e toda população precisa saber o que está acontecendo, afinal, é dinheiro público mau empregado, deixando de ser aplicado na educação.

A ABRIDEF constatou e lembra que nem durante a pandemia de 2020/2021, quando o País vivia restrições severas, houve interrupção na produção e entrega de livros acessíveis. Então, qual a desculpa do MEC para o que está acontecendo com a compra e entrega dos livros em Braille de 2024 para cá ?

Não temos nesse período nenhuma situação de anormalidade econômica ou estrutural, muito menos social. A máquina pública está funcionando normalmente e nunca se arrecadou tantos impostos como nesse governo que está aí. Mas, mesmo assim, o programa do livro em Braille simplesmente parou ? O que está acontecendo com o MEC, com o FNDE, com o PNLD ? Onde está o TCU – Tribunal de Contas da União ? Onde está o Ministério Público Federal ? Os órgãos competentes tem que fiscalizar e cobrar o governo. Esse é um direito básico dos alunos, cidadãos brasileiros, crianças e jovens. É inadmissível retroceder em um direito tão básico quanto o de aprender a ler.

O FNDE e o MEC - Ministério da Educação tem que tomar uma providência imediata. Tem que publicar os editais pendentes em caráter de URGÊNCIA e executar os contratos vigentes para que se possa restabelecer o cronograma de produção e entrega de livros em Braille-Ttinta o mais rápido possível.

O Brasil precisa saber o que está acontecendo na nossa educação

Portanto amigos e amigas, fica aqui a nossa revolta, nossa indignação e o nosso pedido a todos vocês: divulguem esse absurdo. Essa também é a obrigação da imprensa. A imprensa tem que cobrar o governo, tem que pressionar. Esse é o papel de uma imprensa séria e comprometida com o cidadão. Pelo menos deveria ser e isso é triste, porque muitos canais de mídia não noticiam barbáries como essa, cometidas pelo governo. A imprensa não pode omitir fatos negativos por medo perder verbas publicitárias. Quem faz isso, não é imprensa de verdade. Isso é submissão e falta de compromisso com a verdade.

Vamos fazer a nossa parte ! Divulguem ! Pressionem !
Todos tem direito à educação !

POR Jorge Luiz Ussier

A Exclusão Invisível: o Paradoxo da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho

No dia 12 de fevereiro de 2026, o Espaço da Cidadania celebrou 25 anos de atuação, reafirmando sua origem e sua vocação: a defesa do direito ao trabalho digno, especialmente das pessoas com deficiência, como dimensão essencial da cidadania.

Nascido dentro do ambiente sindical mas consolidado como uma rede plural, o Espaço Cidadania reúne pessoas com deficiência, familiares, sindicatos, órgãos públicos, entidades da sociedade civil, pesquisadores e voluntários, formando um campo de articulação que não opera pela lógica da caridade, mas pela lógica dos direitos. Sua história revela, com nitidez, que a inclusão não se constrói por gestos isolados, mas por compromisso coletivo e por comprometimento permanente.

Ao longo dessas duas décadas e meia, esse compromisso não se expressou apenas na mobilização externa ou na articulação institucional, mas também na construção interna de um repertório técnico e ético capaz de sustentar, com consistência, a luta por inclusão.

Nesse sentido, desde 2008, o Espaço da Cidadania promove encontros anuais voltados exclusivamente a seus parceiros e voluntários, como estratégia de formação continuada e aprimoramento coletivo, criando um ambiente permanente de reflexão e atualização sobre os desafios reais da empregabilidade das pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho.

Sumiko Shimono, voluntária do Espaço da Cidadania, lembrou que esses encontros anuais são essenciais para a formação de um "corpus institucional", isto é, de um repertório técnico e ético compartilhado, necessário para compreender que inclusão não é caridade, mas direito. Trata-se de um processo pedagógico contínuo, que envolve desde o uso correto da linguagem e das expressões adequadas - porque o vocabulário revela e reproduz visões de mundo - até a elaboração e construção de caminhos concretos para acessibilidade e adaptação razoável, sem os quais a presença e a participação da pessoa com deficiência se limita ao plano formal e se transforma em exclusão cotidiana. É nesse ambiente de reflexão acumulada e amadurecimento institucional que os encontros anuais se consolidaram como espaço de análise crítica da realidade do trabalho no país.

No dia 26 de novembro de 2025, durante o 18º Encontro Anual do Espaço da Cidadania, no auditório principal do DIEESE, foram apresentados os dados mais recentes da RAIS sobre o emprego formal de pessoas com deficiência no Estado de São Paulo. A leitura desses números, quando confrontada com as bases demográficas do IBGE e o estoque de vínculos formais registrados pelo CAGED, oferece um diagnóstico raro em sua nitidez: há um descompasso estrutural entre o potencial produtivo da população com deficiência e sua efetiva inserção no mercado de trabalho. O que se revela não é a insuficiência de qualificação, nem a escassez de trabalhadores disponíveis - mas uma barreira cultural profundamente enraizada.

A legislação brasileira, em especial os artigos 89 e 93 da

Lei Nº 8.213/91, instituiu a chamada "Lei de Cotas" com dois propósitos distintos. De um lado, assegurar a reabilitação profissional como direito previdenciário. De outro, operar como política afirmativa para a contratação de pessoas com deficiência. Esse último aspecto é frequentemente mal interpretado como política de emprego, o que não é. A Lei de Cotas estabelece um limite mínimo obrigatório, não uma estratégia consistente de inclusão, muito menos um projeto público de desenvolvimento das capacidades laborais das Pessoas com Deficiência. Cumpri-la não significa promover empregabilidade plena - significa apenas não descumprir a lei.

Essa distância entre norma e realidade se torna ainda mais evidente quando se observam os dados consolidados de cumprimento da Lei de Cotas ao final de 2025. Segundo projeção elaborada a partir dos registros do eSocial organizados pela Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, o Brasil deveria manter 1.037.591 postos reservados a pessoas com deficiência, mas apenas 561.929 estavam efetivamente ocupados, o que representa 54,2% do total legalmente exigido. Isso significa que 475.662 vagas permaneciam disponíveis, isto é, não preenchidas, correspondendo a 45,8% de descumprimento.

No Estado de São Paulo, o quadro é ainda mais expressivo em seu simbolismo: de um total projetado de 413.224 vagas, apenas 214.077 estavam ocupadas, o que equivale a 51,8% de cumprimento. Em outras palavras, quase metade do que a lei exige simplesmente não se realiza. A leitura desse dado é inequívoca: mesmo após décadas de vigência normativa, o mercado formal ainda não incorporou a inclusão como prática estrutural de gestão de pessoas, mas continua operando sob a lógica do mínimo defensivo, tolerando a exclusão como se fosse um custo natural do sistema. O resultado é a permanência de um déficit massivo de contratação, incompatível com qualquer discurso sério de responsabilidade social ou de sustentabilidade corporativa. É justamente nesse ponto que se abre a grande fissura entre a norma, a práxis empresarial e a realidade. As empresas contratam pessoas com deficiência movidas apenas pelo receio de autuações trabalhistas e pela necessidade de cumprir os percentuais fixados na lei.

Trata-se de uma lógica de recursos humanos puramente defensiva, que acaba, na prática, se expressando na alocação das pessoas com deficiência em posições de menor complexidade na estrutura organizacional, em geral na base operacional ou administrativa, o que confere um verdadeiro selo de capacitismo para a "Lei de Cotas", normalizado no mercado formal de trabalho.

Segundo os números apresentados pelos especialistas do DIEESE, a RAIS 2023 demonstra de modo categórico que mais de 80% das pessoas com deficiência contratadas formalmente possuem ensino médio completo ou formação superior, e que 26% já concluíram uma graduação. Aqui se infere que estamos diante de um contingente altamente qualificado, perfeitamente apto a ocupar funções técnicas, analíticas, de atendimento avançado e mesmo de liderança.

Os dados expostos, demonstram ainda que apesar dessa elevada qualificação, a presença de Pessoas com Deficiência no conjunto total de vínculos formais do Estado de São Paulo não alcança 1,5%, mesmo que a população com deficiência em idade de trabalho esteja situada entre 6% e 9% do total da população economicamente ativa.

A matemática é constrangedoramente simples: há uma subinclusão estrutural que varia entre 4 e 6 vezes o que se observa hoje no mercado formal. Nada disso decorre de incapacidade; decorre do capacitismo.

Quando se confrontam os dados da RAIS com aqueles do IBGE, emerge um aspecto ainda mais revelador: o peso das barreiras atitudinais. A diversidade de deficiências - física, visual, auditiva, intelectual, múltipla - não explica o fenômeno. Tampouco a diversidade de barreiras técnicas: estas variam, é verdade, conforme o tipo de deficiência, mas são perfeitamente superáveis com tecnologia, adaptação razoável e rearranjo de fluxos internos.

A barreira que atravessa todos os perfis, todos os setores e todos os níveis de formação é o capacitismo. Trata-se de uma forma de preconceito estrutural que se oculta sob práticas aparentemente neutras, mas que, ao fim, negam à pessoa com deficiência o lugar de sujeito produtivo, capaz, competitivo e plenamente integrante da vida econômica. O capacitismo é tão persistente que molda até a linguagem cotidiana do recrutamento.

Não é raro encontrar anúncios dizendo "Vagas para PCD", como se a deficiência fosse o posto, e não a pessoa um potencial ocupante. A formulação correta - e ainda extraordinariamente rara, senão inexistente - seria a que diz: "Há vagas para profissionais, com ou sem deficiência".

Não se trata de detalhe linguístico; trata-se de sintoma. A Pessoa com Deficiência é vista como exceção, diretamente ligada à "Lei de Cotas" e à postura defensiva dos recursos humanos, não como quadro qualificado. É apenas admitida, mas não incluída. Está presente, mas não pertence.

Essa exclusão silenciosa torna-se ainda mais paradoxal quando se observa o momento econômico recente, marcado pela escassez de mão de obra qualificada em diversos setores. Empresas de médio e grande porte relatam dificuldade de preenchimento de vagas técnicas e administrativas, simultaneamente à manutenção de um contingente de Pessoas com Deficiência plenamente qualificado e ao mesmo tempo

POR Jorge Luiz Ussier

subcontratado. Em cenário macroeconômico de quase pleno emprego, ignorar esse potencial humano não é apenas eticamente reprovável; é economicamente irracional.

A leitura desses dados sugere que a próxima transformação necessária não é normativa - é cultural.

Não basta cumprir cotas. É preciso compreender que a inclusão não é uma concessão à pessoa com deficiência; é uma restituição de direitos à sociedade. A Pessoa com Deficiência não é destinatária passiva da inclusão, mas agente e força de trabalho inserida na dinâmica produtiva da sociedade. O desafio é deslocar o olhar: deixar de ver a deficiência como impedimento e reconhecer nas pessoas - com ou sem deficiência - capacidades, competências e trajetórias diversas que enriquecem o ambiente de trabalho.

A disseminação contemporânea do conceito de ASG (Ambiental, Social e Governança) ou ESG (Environmental, Social, and Governance) é um aspecto importante para o mundo corporativo passar a enxergar o que - por preconceito, erro ou ignorância é invisível - a urgência das transformações culturais necessárias à eliminação do capacitismo.

Sustentabilidade social não se resume a relatórios; exige práticas. Empresas que pretendam atuar de maneira responsável precisam reconfigurar seus programas de recrutamento, suas políticas internas e seus mecanismos de formação. Precisam abrir portas para jovens com deficiência, para mulheres com deficiência, para profissionais com deficiência intelectual ou múltipla - grupos ainda mais invisibilizados. Precisam, sobretudo, abandonar a lógica da contratação defensiva e adotar estratégias consistentes de empregabilidade, que reconheçam o valor real das Pessoas com Deficiência simplesmente como classe trabalhadora, sem selos, sem carimbos, sem preconceitos.

Jorge Luiz Ussier é advogado e membro do Conselho Consultivo da Câmara Paulista da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado Formal de Trabalho.
E-mail: jorgeussier@gmail.com

POR Celise Melo

A Arte do Futebol pelo Jornalista Maurício Sabará

Olá, queridos leitores ! Conversei com Maurício Sabará Markiewicz, de São Paulo/SP, onde teve uma infância sadia com brincadeiras, videogame Atari e adorava assistir desenhos animados de qualidade.

É formado em jornalismo pela Universidade Nove de Julho (Uninove) e iniciou seu trabalho na rádio comunitária Dalila, onde realizava o plantão esportivo. Foi repórter do Blog "Futebol de Todos os Tempos" (FTT) de 2010 a 2012, realizando entrevistas com baluartes do futebol, como Oberdan Cattani, goleiro do Palmeiras, Dino Sani, campeão mundial pela Seleção Brasileira em 1958, Dorval do ataque do Santos de Pelé, Ademir da Guia, Zé Maria, Zenon etc.

As entrevistas para o Blog FTT fizeram com que seu nome se tornasse referência, sendo entrevistado por vários meios de comunicação.

Apaixonado por televisão, foi apresentador do programa Jornalismo e Cidadania da allTV, com entrevistas sobre os mais diversos temas. Apresentou o programa "100 Anos de História", da Rádio Coringão, entrevistando: Rivellino, Biro-Biro, Marcelinho, Edilson, Danilo e muitos outros.

Foi colunista dos sites Terceiro Tempo, TV Sports Now, Meu Timão e Central do Timão, com suas matérias sendo consideradas as melhores pelos seguidores das páginas. Foi colaborador do Núcleo de Estudos do Corinthians, que além de retratar a história do clube é forte na área de inclusão.

Maurício fez curso de teatro, canta em um coral, participa do grupo Memofut e da página Bola Clássica. É autor do livro "O Generalíssimo Amilcar Barbuy", um importante futebolista, jogador da época de 1913 a 1932, e treinador do futebol brasileiro a partir de 1931. Amilcar foi o primeiro jogador do Brasil a jogar na Itália, na Società Sportiva Lazio.

Com tantas mudanças nas áreas da imprensa escrita e falada, o sonho de Maurício é se firmar novamente no jornalismo, tendo um justo retorno financeiro por sua capacidade demonstrada. Seu Instagram é mauriciosabara76.

Parabéns pelo profissionalismo e boa sorte !

Abraços da Celelê !

Celise Melo (Celelê)
é cantora, compositora, musicoterapeuta, atriz, educadora, autora e é sucesso de público no Brasil e Exterior. Tem Livros, EPs, DVDs, Shows, Vídeos, Músicas, Programas de TV Educativo e de Rádio Arte e Inclusão!
Site: www.celeleeamigos.com.br
Instagram: @celeleeamigos

POR Robson de Souza

Verão e as escolas de Surf

Sabemos que hoje em dia, cada vez mais a inclusão social vem se destacando no quesito esporte e Surf para Todos.

Faz anos que a insistimos em inserir o Surf para Todos com o objetivo de foco no bem-estar, fortalecimento e lazer. O Surf Adaptado nos beneficia com alegria, saúde e qualidade de vida. Por isso, escrevo esse texto com tanta vontade de passar tudo isso para quem lê essa revista. Eu sou suspeito para comentar sobre isso, afinal, eu amo o Surf, o mar, a praia... e estou sempre em busca de ótimas energias junto de tudo isso. E sempre digo: "o Surf é vida" !

Durante alguns anos, e ainda hoje, estamos sempre em busca de atualizações e novidades para passar novas experiências e técnicas de abordagem atuais para atender as pessoas, que assim como eu, estão cheias de vontade de deslizar sobre as ondas.

Nas escolas de Surf, muitos educadores estão se especializando a atender Pessoas com Deficiência e se aperfeiçoando, comprando equipamentos específicos, cadeiras de rodas anfíbias, guarda-sol e tendas, e até esteiras para cadeirantes circularem sobre a areia da praia quando preciso.

Sim, este é um nicho grande no mercado consumidor. Se os educadores estiverem preparados para atender as PcD, juntamente com suas equipes, e com suas empresas formalizadas, tudo fica mais seguro e bonito de se ver.

Nós PcD, se precisarmos pagar para usufruir do lazer e para aprendermos a deslizar sobre as ondas, vamos pagar. Somos consumidores como qualquer outros e estamos crescendo cada dia mais. E para aqueles que não sabem, nunca estamos sozinhos. Tem sempre alguém nos acompanhando, sejam amigos ou familiares. Ou seja, somos consumidores que levam outros consumidores para o seu negócio.

Quando se fala em escolas de Surf, no litoral paulista existe uma dessas escolas que foi a pioneira no assunto e inspirou outras tantas Brasil afora.

Sobre equipamentos

Os equipamentos para a prática do Surf Adaptado tem que estar totalmente adaptados para atender pessoas com todos os tipos de deficiências. Eles precisam ser confortáveis, seguros e sem arestas, para que não machuque o usuário com deficiência.

Fico feliz em saber que em diversos estados e cidades no Brasil já existem as escolas comprometidas, seja no lazer ou focadas no alto rendimento. Inclusive, hoje em dia, existe até o Campeonato Brasileiro de Surf Adaptado e com seletiva válida para o ISA Internacional, que é realizado na Califórnia/EUA. E o melhor é que já existem brasileiros com deficiência fazendo bonito no Surf. Eu mesmo sou um deles. Em 2025 me tornei Vice-Campeão Brasileiro de Surf Adaptado, em um evento realizado em Recife/PE e Porto de Galinhas/PE.

Para concluir, deixo um conselho a todos: "não deixem de usufruir sua vida com intensidade. Pratiquem atividades físicas e aproveitem o mar e a natureza. Sejam otimistas, cuide do seu corpo e se hidrate. Viva a vida, pois ela passa muito rápido".

E eu fico por aqui, sempre com o objetivo de fomentar, incentivar e levar informação a todos. Afinal, lembre-se: "esporte é vida, saúde, lazer e bem estar" !

Robson de Souza
é pessoa com deficiência, atleta multi-esportes - 5 atividades náuticas e 5 terrestres - é palestrante e consultor com foco no turismo, esporte, lazer e acessibilidade com inclusão e responsabilidade social. Fomenta a saúde, bem-estar, longevidade e qualidade de vida. Foi presidente da Ong Surf Especial e diretor esportivo da Ong Aventura Especial.
E-mail: robsonwaves2000@yahoo.com.br

POR Alessandra Corrales

Quando o Raro se torna invisível: por que precisamos falar sobre as doenças que afetam mais de 13 milhões de brasileiros

No dia 28 de fevereiro, o mundo se une para dar voz a quem vive uma jornada que poucos conhecem, mas muitos enfrentam sozinhos.

Imagine receber um diagnóstico que a maioria dos médicos nunca viu. Imagine explicar repetidamente sua condição para profissionais de saúde, familiares e até mesmo para você. Imagine a solidão de não encontrar quem compreenda verdadeiramente o que você está vivendo. Esta é a realidade de aproximadamente mais de 13 milhões de brasileiros que convivem com doenças raras, condições que, somadas, não são tão raras assim.

O Dia Mundial das Doenças Raras, não é apenas uma data simbólica. É um lembrete urgente de que por trás de cada estatística existe uma pessoa real, com sonhos, desafios e, acima de tudo, o direito a cuidados dignos e efetivos.

O que torna uma doença "Rara"?

Segundo a OMS - Organização Mundial da Saúde, uma doença é considerada Rara quando afeta até 65 pessoas a cada 100 mil indivíduos. Existem entre 6 mil e 8 mil tipos de Doenças Raras descritas, sendo que 80% têm origem genética. Muitas se manifestam já na infância e podem ser progressivas, afetando significativamente a qualidade de vida e a funcionalidade.

Entre as mais conhecidas estão a Fibrose Cística, a Esclerose Lateral Amiotrófica (ELA) e a Distrofia Muscular de Duchenne. Cada uma delas apresenta desafios únicos, mas compartilham algo em comum: a necessidade de cuidado multidisciplinar especializado.

A fisioterapia como pilar fundamental no cuidado

Quando falamos de Doenças Raras, não estamos apenas tratando sintomas, estamos preservando autonomia, dignidade e qualidade de vida. E a fisioterapia desempenha um papel absolutamente central nesse processo.

Estudos demonstram que intervenções fisioterapêuticas personalizadas podem: preservar a função motora em condições neuromusculares progressivas, melhorar a função respiratória reduzindo complicações pulmonares e hospitalizações, reduzir a dor e permitir que muitos pacientes mantenham sua funcionalidade, atividades diárias e participação social por muito mais tempo.

O cuidado que enxerga além do diagnóstico

Mas, deixe-me ser honesta com você: cada paciente é único. Dois indivíduos com o mesmo diagnóstico podem apresentar manifestações completamente diferentes, responder de formas distintas às intervenções e ter objetivos de vida únicos. Por isso, a fisioterapia em Doenças Raras exige muito mais do que protocolos padronizados, exige escuta ativa, empatia genuína e adaptação constante.

Os desafios que precisamos enfrentar juntos

Apesar dos avanços, o caminho ainda é longo. Muitas pessoas com doenças raras enfrentam:

- Demora no diagnóstico: a média global é de 5 a 7 anos
- Acesso limitado a tratamentos especializados: poucos profissionais têm formação específica em doenças raras
- Isolamento social: a falta de compreensão da sociedade gera exclusão e estigma
- Barreiras no acesso: falta de recursos, acessibilidade.

Um compromisso com o futuro

Meu compromisso, renovado a cada 28 de fevereiro e vivido diariamente em consultório, é contribuir para um cenário onde ninguém enfrente sua jornada sozinho. Onde cada pessoa, independentemente da raridade de sua condição, tenha acesso a cuidados baseados em evidência, oferecidos com empatia e dedicação.

Dra. Alessandra Corrales
é fisioterapeuta especialista em Neurologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e em Doenças Neuromusculares pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Dedica sua atuação às Doenças Raras e às condições neuromusculares e neurológicas. Diretora Clínica da Reabilita Rara.
Instagram: @draalessandracorrales | @reabilitarara

POR Fabiano D'Agostinho

O futuro não é sobre máquinas. É sobre humanidade !

O mundo acelera na direção das máquinas, mas eu sigo me perguntando: o que acontece com a nossa essência quando a tecnologia dita o ritmo ? Foi dessa inquietação e da certeza de que a emoção é insubstituível que nasceu uma ideia, cresceu como um sonho e ganhou forma em uma ficção para iluminar escolhas reais sobre o futuro.

O primeiro volume de "2081 XRAM - O Livro do Renascimento", que acaba de ser lançado, é profundamente inspirado na minha própria trajetória. Sempre acreditei que a ficção literária é um poderoso laboratório para analisar o presente e projetar os caminhos possíveis para a sociedade. Assim como o livro "1984", de George Orwell, que antecipou fenômenos como telas onipresentes e o fake News, a ficção pode ampliar nosso olhar e nos preparar para o que está por vir. Essa perspectiva influenciou diretamente a construção de "2081 XRAM".

Minha história pessoal é marcada por filosofia, propósito e análise social, trilhas que sempre caminharam ao meu lado. Aos 22 anos, abri mão de um cargo de liderança e enfrentei desafios financeiros significativos para estudar na Califórnia - na UC Berkeley - onde cursei Administração de Negócios e Gerenciamento de Projetos. Aos 26 anos, minha vida tomou um rumo inesperado: fui vítima de um assalto e levei um tiro que me deixou paraplégico.

Gosto de descrever esse episódio, não como um fim, mas como um renascimento. A partir dali iniciei um processo profundo de ressignificação, autodescoberta e superação -processo que me levou, inclusive, a percorrer 220 Km do Caminho de Santiago de Compostela em cadeira de rodas. Essa jornada transformadora deu origem à metodologia que hoje utilizo em minhas mentorias, sempre voltada à expansão do potencial humano.

Em "2081 XRAM", o personagem Orlando enfrenta provações semelhantes às que vivi. Em meio às dificuldades impostas pela trama, trago uma visão otimista sobre o futuro e o potencial humano de transformação. Aprendizados das gerações passadas moldam quem somos hoje e determinam o que deixaremos para o amanhã.

Nesse ambiente ficcional, abro discussões sobre temas contemporâneos essenciais: o combate ao capacitismo, a urgência da ética no uso da inteligência artificial e a necessidade de construirmos modelos sociais e econômicos mais dignos e inclusivos. Esses temas serão ainda mais aprofundados no último volume da série - A Lei da Verdade - quando o protagonista Carlo Legens implementa sua estrutura de um novo paradigma social baseado em diversidade, equidade, inclusão, sustentabilidade e dignidade humana.

Escrevendo o livro, percebi que, muitas vezes, é preciso renascer para reencontrar as ferramentas que transformam a realidade. Quando senti a necessidade de mudar a realidade em que vivemos, e para onde vamos, diante das ameaças imposta por um mundo regido pela frieza das máquinas, a história se solidificou em minha mente, quase que de forma mística. No entanto, cheguei a uma conclusão importante: era necessário enriquecer a ficção com emoção, porque é disso que somos feitos, e é disso que a humanidade precisa.

Eu também me perguntava: "Como poderia uma pessoa ser responsável por criar um novo e revolucionário paradigma social, como é o caso do personagem Carlo Legens, sem que tivesse uma visão diferenciada do mundo ?". Essa sensibilidade surge em Carlo ao longo de sua vivência com o pai, Orlando, cuja trajetória foi inspirada na minha vida. Ambos ressignificam suas vidas em um contexto imposto pela deficiência física. Carlo absorve a dura realidade enfrentada pelo pai, imposta por uma sociedade pouco inclusiva e desrespeitosa. Isso faz com que ele tenha uma consciência diferenciada da realidade, o que o leva a sentir a necessidade de mudar esse cenário. Carlo cresce, assim como eu, com a firme convicção de que a realidade pode e deve, ser transformada.

Para mim, a construção de um novo modelo que una inteligências (humana e artificial) em favor do bem comum depende da convergência de caminhos humanos na direção de um objetivo compartilhado. Essa visão se fortaleceu quando percorri o Caminho de Santiago. Ali compreendi algo que carrego até hoje e que permeia cada página da obra: não é sobre chegar antes dos outros, é sobre chegar e fazer com que os outros cheguem também. Não é sobre ultrapassar para chegar primeiro e se sentir vitorioso. A jornada humana não deve ser uma competição. Ela é um movimento de evolução coletiva, consciente e sustentável, algo que exige solidariedade, inteligência, bondade e, acima de tudo, ética.

Fabiano D'Agostinho
é um peregrino criativo de 49 anos, cadeirante desde os 26, apaixonado pelo potencial humano. Mentor, escritor e consultor, é formado em Tecnologia Elétrica pelo Mackenzie, pós-graduado em Administração de Marketing pela FAAP, com extensão em Administração de Negócios e Gerenciamento de Projetos na UC Berkeley (USA). Tem passagem por empresas nacionais, internacionais e multinacionais.
Site: www.fabsdago.com.br
Redes Sociais: @fabsdago

POR Débora Rodrigues

1º Festival Multicultural de Arte, Inclusão Social, Cultural e Economia Criativa na zona oeste da capital paulista

O Instituto Ana Luisa não para com suas atividades. Foi assim durante todo o ano de 2025 e agora, em 2026, não pode ser diferente. Iniciamos ano já com muita coisa boa acontecendo. No dia 24 de janeiro realizamos nosso 1°Festival Multicultural inclusivo da zona oeste da capital paulista. Foi um evento gratuito, diverso e acessível, realizado com muito esforço, parceria e principalmente, com muito carinho para celebrar os 472 anos da cidade de São Paulo/SP, com muita arte, cultura, saúde, cidadania e economia criativa. Durante todo o dia, o público que esteve presente participou de apresentações culturais inclusivas, ações de saúde mental e bem-estar. Teve também orientação jurídica para aqueles que precisaram, yoga, esportes e práticas corporais, educação para o trânsito e simuladores interativos. Além disso, o evento ainda ofereceu uma feira criativa, muito lazer e gastronomia.

União e muito trabalho

Um evento assim como este festival, só pode acontecer com a ajuda e o empenho de muitos parceiros. E foi assim, um festival feito por muitas mãos, reunindo coletivos culturais, profissionais da saúde, atendimento ao público LGBT, movimentos sociais e parceiros do território, fortalecendo a convivência, o acesso à informação e à cidadania e com uma grande novidade: pela primeira vez envolvemos a causa animal – com a ong Perfeitos e Especiais – em um evento nosso. Foi uma experiência maravilhosa, que contou ainda com a presença do secretário estadual da pessoa com deficiência, Marcos da Costa.

O Instituto Ana Luisa não poderia deixar de agradecer aos parceiros importantes que estiveram conosco, como a UBS Vila Piauí, a Guarda Civil Metropolitana, o gabinete de rua da Deputada Estadual Andrea Werner e Vanessa Ziotri, ao coletivo achado na rua, voltado à violência doméstica. Ao atendimento psicoló-

Paraoficina Móvel

Uma das principais atrações do 1°Festival Multicultural Inclusivo foi a presença da Paraoficina Móvel. A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), em parceria com a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a AACD, oferece à população o serviço da Paraoficina Móvel. A iniciativa leva aos bairros da capital paulista, a manutenção gratuita de cadeiras de rodas, órteses, próteses e demais meios auxiliares de locomoção, como muletas, bengalas e andadores.

A prefeitura tem 2 unidades e elas atendem nos Centros Especializados de Reabilitação (CERs) distribuídos na capital paulista:

- **Zona Sul:** Cidade Ademar, Vila Mariana, Campo Limpo, Flávio Gianotti, Interlagos, M'Boi Mirim, Parelheiros e Santo Amaro;
- **Zona Leste:** Ermelino Matarazzo, Guaianases, Vila Prudente e São Miguel;
- **Zona Oeste:** Pirituba e Lapa;
- **Zona Norte:** Milton Aldred e Tucuruvi;
- **Região Central:** Girassol e Sé.

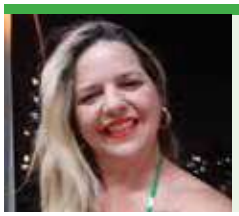
O atendimento é exclusivo para moradores de São Paulo que tenham recebido cadeira de rodas ou outros meios auxiliares de locomoção compatíveis com os do SUS. No dia do atendimento, é necessário apresentar Cartão SUS e documento oficial com foto, permanecendo no local durante todo o serviço.

O agendamento é feito pelo Portal SP156. Para solicitar o serviço, o munícipe deve acessar o site, fazer login com a conta SP156 ou Gov.br, selecionar a opção de agendamento da Paraoficina Móvel e preencher o formulário. A confirmação é disponibilizada em até 5 dias úteis.

Para consultar datas, horários, endereços e agendamentos, acesse: https://prefeitura.sp.gov.br/web/pessoa_com_deficiencia/paraoficina_movel/

gico com a Mariana Braune e Julia Alves Zanini, ao Instituto Fios de Ouro, ao Hospital das Clínicas através do Dr. Daniel Maia, que fez atendimentos sobre dependência química e paliativos. Não podemos deixar de agradecer ainda ao Grupo Bombeiro Caetano, ao Minha Casa Minha Vida, o grupo Opalendas, a Academia Koy Jiu Jitsu com Marcelo Fonseca e o José Vicente, ao Coletivo Envelhecer com a Diana Victoria, Pedro Aguerre e Wellington Miranda, parceria do SEST/SENAT da Vila Jaguara, a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência com a Paraoficina e tantos outros amigos.

Esse foi somente o primeiro de muitos outros eventos que ainda virão com essa turma boa. Faremos vários outros juntos, sempre voltados à causa PcD, mas sempre mantendo esse diferencial inclusivo, sendo eventos mistos e completos, trazendo a sociedade para os nossos espaços, e assim, com a participação de todos, vamos promovendo essa socialização para quebrar barreiras e acabar com a sensação de estarmos vivendo em dois mundos diferentes, afinal, somos todos um e vivemos em um único planeta, e nele cabem todos nós, diferentes e iguais.



Débora Rodrigues
é presidente do Instituto Ana Luisa, assistente social, mãe de uma jovem com deficiência que deu o nome ao instituto.
E-mail: deborarodrigues.74@hotmail.com

Fiat Titano Ranch

Utilitários não tem direito a isenção para PcD. Mas por que não ?!?

Uma dúvida que muitas pessoas tem é: por que as pessoas com deficiência não podem comprar veículos utilitários com isenção de impostos ? Qual a justificativa para que essas isenções não sejam aplicadas em pick-ups, mesmo muitas PcD precisem de veículos desta categoria para uso em seu dia a dia ?

Quantas pessoas com deficiência moram em áreas rurais, chácaras, sítios, fazendas e se utilizam diariamente de veículos utilitários por necessidade, porém, acabam não podendo usar seu direito às isenções na hora da compra deste tipo de veículo 0km ?

Isso sempre incomodou muita gente, que se sente excluída do seu direito. Por isso, há quase 8 anos a ABRIDEF – Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnolo-

gia Assistiva para PcD vem questionando as autoridades em Brasília/DF sobre essa questão. Até antes da pandemia esse assunto vinha sendo discutido entre alguns parlamentares da época, porém, com a chegada da Covid 19, as trocas de muitos parlamentares nas últimas eleições, o fato da ABRIDEF também ter ficado inativa por 4 anos nesse período, este assunto ficou esquecido. Agora, com o retorno das suas atividades em 2025, a ABRIDEF está retomando este pleito.

Para isso, juntamente com o Sistema Reação de Comunicação/Revista Reação/TV Reação, em parceria com as montadoras de automóveis, inicia uma série de matérias especiais de Test-Drive com veículos utilitários, mostrando no uso diário de pessoas com deficiência que já fazem uso deste tipo de veículo, porém sem isenção para PcD. Esta série de matérias publicadas aqui, servirão de subsídio para que a associação junte ao processo que foi retomado junto ao Governo Federal e o Congresso.

O primeiro utilitário testado

Dando início à série de matérias especiais de Test-Drive, em parceria com a Fiat, testamos durante algumas semanas uma pick-up modelo Titano Ranch 2026 que, apesar de ser um lançamento recente da marca, a picape média passou por uma série de melhorias mecânicas e de equipamentos. Agora a Titano é fabricada na Argentina, na fábrica da Stellantis em Córdoba.

Nossa equipe colocou a Titano Ranch na estrada e na lida no dia a dia de uma propriedade rural, cujo proprietário é pessoa com deficiência e já usuário de caminhonete. O Sr. Evandro Silva produz lichias no interior de São Paulo. A propriedade com mais de 4 mil pés da fruta, fica na zona rural e sua casa na cidade. A distância que separa a casa da propriedade e que é percorrida todos os dias, tem cerca de 22 km de distância, e parte do trajeto é feito em estrada de terra.

Para o Sr. Evandro, de 64 anos, que tem mobilidade reduzida, prótese de quadril e de joelho e se locomove com o auxílio de uma bengala, a caminhonete é uma ferramenta de trabalho que ele utiliza todos os dias. Nela ele leva e traz funcionários da propriedade, carrega sacos de fertilizantes, ferramentas, caixas plásticas e até mesmo, na época da colheita, utiliza o veículo para fazer algumas entregas para clientes na capital paulista. Ou seja, seria impossível uma PcD como o Sr. Evandro realizar todas essas tarefas e atividades diárias com um veículo de passeio comum. Assim como ele, milhares de PcD precisam de veículos utilitários no seu dia a dia.

Sr. Evandro Silva tem prótese de quadril e ombros e utiliza caminhonetes diariamente em sua atividade profissional como produtor rural

E foi nesse dia a dia que colocamos a Titano Ranch em teste. A caminhonete da Fiat tem motor 2.2 turbodiesel Multijet II, com câmbio automático de 8 marchas. A pick-up surpreendeu. Ela faz cerca de 9,9 km/l na cidade e na estrada, algo em torno de 11 km/l.

Com direção elétrica progressiva, a Titano tem 3 opções de tração: 2H (4x2 sem redução), 4Auto (4x4 simples) com engate automático, e 4L (4x4 com caixa de redução), através de um botão no console, ao lado da alavanca do câmbio automático, dando opção ao motorista para várias situações de terreno e de dificuldade.

A picape conta com sistema ADAS (Advanced Driver Assistance Systems), na versão Ranch, oferecendo recursos como frenagem automática de emergência, monitoramento de ponto cego e piloto automático adaptativo, além disso, tem freios a disco nas 4 rodas e freio de mão eletrônico. Ainda no quesito segurança, a Titano dá show, contando com 6 airbags (frontais, laterais e de cortina).

Na lista de tudo que a pick-up da Fiat traz, estão a alavanca de câmbio digital, ar-condicionado automático digital de duas zonas, bancos dianteiros com ajuste elétrico, bancos com revestimento de couro, central multimídia com tela de 10” e conectividade sem fio com Android Auto e Apple CarPlay, painel de instrumentos com tela digital de 7”, chave presencial com partida por botão e volante multifuncional com ajuste de altura e profundidade, câmera 360°, sensores de estacionamento dianteiros e traseiros, faróis de LED, assistente de descida, controle de tração e estabilidade, assistente de partida em rampa, retrovisores com rebatimento elétrico, estribos laterais, santantônio integrado e protetor de caçamba. E quem precisa de utilitário, sem dúvida precisa de espaço de caçamba e capacidade de carga. A Titano tem uma capacidade de caçamba de 1.314 litros e uma capaci-

dade de carga de mais de 1 tonelada, com seus 5,33 metros de comprimento, 1,85 m de altura e 1,96 m de largura.

Beleza, conforto e acessibilidade

Uma caminhonete desse porte não é indicada para pessoas com deficiência que utilizam cadeiras de rodas, devido à altura entre o solo e o banco do motorista ou passageiro. A não ser que seja adaptado nela um sistema de bancos e guinchos especiais, porém, para pessoas como o Sr. Evandro, por exemplo, que se utiliza de uma bengala ou até pessoas com andadores, muletas, amputados com uso de prótese de membro inferior e até mesmo idosos, o fato do veículo ser alto até facilita a acessibilidade no entrar e sair e a sua condução. Os comandos do painel com sistema de teclados para acionamento, a tela multimídia e os comandos no volante, facilitam bastante a condução.

O acabamento interno simples, mescla o uso de plástico rígido, com os bancos de couro com costuras evidentes e a riqueza de detalhes em cromado e black piano no painel e nas portas, dando um ar de requinte e sofisticação para a caminhonete.

Fiat Toro Ranch: uma opção menor, prática e eficiente

Sr. Vitor tem prótese na perna direita e faz uso de muletas, mas precisa de um utilitário para levar sua scooter

Nem todo mundo que é pessoa com deficiência que precisa de um veículo utilitário, precisa necessariamente de uma pick-up média, do tamanho e altura de uma Titano, por exemplo. Existem várias pessoas com deficiência que necessitam de uma caminhonete sim, seja pela região onde moram – estradas de terra, zona rural etc – ou seja simplesmente, para transportar, por exemplo, uma cadeira de rodas motorizada ou uma scooter que se utilizam no dia a dia. No caso da Toro, ela atende perfeitamente um condutor cadeirante, com instalação de uma adaptação – acelerador e freio manuais, por exemplo - com boa altura para transferência e ótima acessibilidade aos comandos. Mas, seja qual for sua necessidade, as pick-ups menores, como a Fiat Toro Ranch - que testamos em parceria com a Sinal Fiat, que nos cedeu um veículo por alguns dias – podem ser uma excelente opção custo x benefício.

A versão para que nossa equipe pudesse realizar os testes, foi cedida gentilmente pelo Grupo Sinal a pedido da Fiat – uma Toro Ranch Diesel, automática. Porém, a Toro também possui versões bicombustível Flex – gasolina e etanol. Essa versão que testamos, tem câmbio de 9 marchas e motor turbodiesel. Internamente, a Toro tem bancos em couro e banco do motorista com ajustes elétricos. Possui central multimídia vertical de 10 polegadas e painel de instrumentos digital de 7”, 7 airbags (frontais, laterais, cortina e joelho), frenagem automática de emergência, alerta de mudança de faixa e controle de estabilidade. A versão Ranch traz detalhes cromados, santantônio e rodas exclusivos. A potência é de 200cv e tem acionamento eletrônico para tração 4x4. A Toro é bastante econômica na versão Diesel. A caçamba compacta é ideal para levar cadeiras de rodas, cadeiras motorizadas e até scooters. A capacidade de carga é de mais de 1 tonelada na sua pequena caçamba e o preço varia, mas está em torno de R$ 225 mil.

Concessionária Fiat Sinal Hélio Pelegrino/SP

Do lado de fora a beleza da Titano Ranch chama a atenção. A frente imponente evidencia a grade com o logo "Fiat". As rodas e o conjunto do design da caminhonete realmente fazem com que a Titano seja uma boa opção para quem precisa de um utilitário e não quer fazer feio no dia a dia.

Opinião de quem precisa de um utilitário !

Para o Sr. Evandro Silva, acostumado no dia a dia com caminhonetes – e ele já teve algumas marcas e modelos diferentes no decorrer desses mais de 40 anos como produtor rural – a Fiat Titano Ranch surpreendeu positivamente: "quando eu vi ela chegando achei bonitinha demais, chic, e pensei que uma pick-up tão sofisticada não fosse dar conta do recado na lida. Me enganei. Fiquei surpreso com a capacidade de carga dela, com a força e com a facilidade de dirigir. Por dentro, dirigindo a Titano, é como se estivesse dirigindo um carro de passeio de luxo. Mas na lida ela é bruta, na terra, no asfalto, na chuva também... gostei demais e queria muito poder comprar uma caminhonete assim com as mesmas isenções e benefícios que tenho para comprar um carro comum de passeio. Eu preciso de caminhonete. Pra mim, tem que ser utilitário", afirma.

As caminhonetes tem isenção de impostos na categoria "produtor rural", porém, nem toda pessoa com deficiência que necessita de um utilitário é necessariamente um produtor rural. Isso sem falar que a isenção de impostos na compra do carro 0k como produtor rural é menor do que poderia ser se esse utilitário tivesse o mesmo direito à isenção PcD. Outro fator que precisa ser trabalhado junto aos nossos governantes e legisladores é o valor teto no caso dos utilitários, caso no futuro venham a ter isenção PcD. O valor médio de uma caminhonete média pode partir de mais de R$ 200 e chegar até a R$ 500 mil. A Fiat Titano Ranch, por exemplo, está na faixa média dos R$ 280 mil, mas consulte o valor promocional menor. Não será fácil, mas temos que buscar esse reconhecimento e tentar conseguir, com a ABRIDEF, o Sistema Reação à frente, e o apoio das montadoras, a isenção PcD também para os veículos utilitários.

O segmento da Pessoa com Deficiência perdeu 3 grandes nomes no início deste ano

Regina Próspero

Roberto Belleza

Tânia Rodrigues

O ano de 2026 começou mais triste para o segmento da pessoa com deficiência. De janeiro até aqui, pelo menos 3 grandes nomes da luta e conquistas pelos direitos, que há anos dedicaram suas vidas para o bem comum e pelo reconhecimento da inclusão, nos deixaram. Primeiro faleceu o querido Roberto Belleza, que em sua cadeira de rodas, com sua simpatia, seu vozerão e sorriso fácil conquistava a todos que cruzaram sua trajetória. Ele era presença constante em todos os eventos e acontecimentos importantes do segmento. Fez um ótimo trabalho na SPTURIS, foi um dos pacientes mais antigos da Fundação Selma, foi um amigo dos amigos e deixará muita saudade.

Logo depois, quem foi embora, deixando profunda tristeza no meio e principalmente no segmento das Doenças Raras, foi a querida Regina Próspero, uma mulher forte, resiliente e que transformou a sua vida e a vida de muita gente com o seu trabalho e sua luta, deixando um verdadeiro legado, abrindo caminhos, acolhendo famílias e trabalhando muito, durante anos, para que as pessoas com doenças raras tivessem mais acesso às políticas públicas. Sua trajetória de liderança deixou grandes lições e um grande exemplo.

E no dia 11 de fevereiro, aos 75 anos, faleceu Tânia Rodrigues, uma das maiores lideranças na luta pelos direitos e inclusão das pessoas com deficiência do Rio de Janeiro. Tânia teve sua trajetória marcada pela atuação política e pela luta na defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Ela foi vereadora de Niterói/RJ, foi deputada estadual (RJ) e fundadora da ANDEF - Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos.

Tânia, aos 3 anos teve poliomielite/paralisia infantil. Passou por muitas cirurgias e longos períodos em hospitais. Mais tarde, se formou em Medicina. Ela também participou de importantes decisões e integrou conselhos e entidades nacionais ligadas às PcD. À frente da ANDEF, apoiou o suporte inicial ao Comitê Paralímpico Brasileiro.

Foram-se 3 dos grandes nomes do nosso meio, mas ficam legados e exemplos de luta e dignidade, pois fizeram muito por muita gente. Ficam aqui os nossos sinceros sentimentos à família e aos amigos de todos eles, e nossa homenagem também.

POR Salomão Jr

Esse ano Promete !

Olá amigos e amigas, 2026 começou prometendo fortes emoções através de alguns eventos que são tradição da nossa cultura. Somos um povo aguerrido, que nunca se rendeu a batalhas. E essa energia se traduz no nosso Hino Nacional e na diversidade cultural, que naturalmente é o "branding" do nosso País.

Alguns desses eventos chamam a atenção, como as Eleições estaduais e federal, Copa do Mundo e muitos, mas muitos feriados prolongados. Lembro-me que no final de 2025 muitos amigos, nas conversas informais, sempre comentavam dos feriados com o intuito de se organizar para viajar.

Realmente, devido aos feriados, temos muitas oportunidades de organizar viagens e passeios para descansar com a família e também se divertir, conhecer pessoas, culturas e cuidar da saúde. Lembrando que, em 2025 no Brasil, mais de meio milhão de pessoas foram afetadas por doenças mentais. E com essa realidade, o turismo não se torna apenas uma opção de diversão e cultura, mas é uma busca real pela saúde mental do ser humano.

Na Suécia, por exemplo, as viagens fazem parte de tratamentos de saúde e bem-estar dos cidadãos. Por lá, o novo programa, chamado "The Swedish Prescription" (Prescrição Sueca), permite que médicos recomendem experiências na natureza e na cultura local como forma de combater o estresse, a ansiedade e a insônia. Além disso, a iniciativa reforça a fama daquele país como destino terapêutico, unindo medicina, sustentabilidade e estilo de vida nórdico em uma proposta pioneira no turismo mundial.

O turismo é uma ferramenta poderosa para conectar pessoas proporcionando transformação social e desenvolvimento econômico. Fico refletindo no recorde que o Brasil alcançou no turismo em 2025. Nosso País registrou 9.287.196 chegadas de turistas estrangeiros, o maior volume já observado na série histórica.

Na prática, esse fluxo equivale a quase 3 mil voos internacionais desembarcando em território brasileiro ao longo do ano passado, trazendo visitantes de diferentes partes do mundo para conhecer destinos nacionais.

No turismo doméstico, segundo fontes oficiais do governo federal, foram 100 milhões de pessoas que viajaram. Essa conquista só foi possível graças à uma parceria sólida e consistente entre Ministério do Turismo, Embratur e o trade turístico nacional.

O turismo exige diálogo, compreensão e responsabilidade para interagir e implementar práticas e políticas públicas para impulsionar os negócios que estão atrelados à cadeia produtiva do setor turístico.

Trazendo essa experiência para o Turismo Acessível no âmbito estadual, federal e principalmente municipal, é essencial que o poder público e os secretários das seguintes pastas: turismo, assistência social, meio ambiente, saúde, segurança pública, infraestrutura e também do segmento PcD, dialoguem com os hotéis, pousadas, bares, restaurantes, teatros, casas de shows, parques, transporte, e com todo trade turístico para garantir que os espaços se conectem com todas as pessoas, independente da sua condição, pois a diversidade humana enriquece o desenvolvimento humano e potencializa o desenvolvimento econômico das cidades.

Se em 2025 tivemos 100 milhões de pessoas aquecendo a economia no turismo doméstico, imagine se essas cidades fossem realmente acessíveis ?

Em 2022, o IBGE apontou que no Brasil temos 14,4 milhões de Pessoas com deficiência, porém, sabemos que somos muito mais que esses dados apontaram. A oportunidade que temos de proporcionar mais vigor à nossa economia através das Pessoas com Deficiência, famílias atípicas e redes de apoio é gigantesca, e ainda escalar os negócios de forma exponencial, gerando emprego, movimenta a economia local, e o melhor de tudo isso, ressignificando a vida das pessoas.

É fundamental que os conselhos, instituições e ativistas do segmento PcD estejam atentos nas oportunidades de construir, com o poder público, as melhorarias dos espaços públicos e privados, para que as Pessoas com algum tipo de deficiência, possam estar inseridas nesses ambientes, exercendo o seu direto como cidadãos e turistas.

Salomão Jr
é pessoa com deficiência, cadeirante e Bacharel em turismo.
Especialista em gestão de pessoas e ex-secretário da pessoa com deficiência de Osasco/SP.
E-mail: salospalt7@gmail.com

POR Kica de Castro

O Corpo Dourado da Vitória

Valéria Camargo de Lima

Há quem espere o calendário virar, quem adie indefinidamente o próprio começo. Mas a verdadeira virada não se submete a datas. Ela acontece quando se interrompe a procrastinação e se escolhe agir. Na moda, na arte e na vida, projetos relevantes nascem desse gesto inaugural: transformar desejo em ação. É desse ponto que emerge a exposição fotográfica "O Corpo Dourado da Vitória".

O ouro sempre ocupou lugar central no imaginário coletivo. Associado ao poder, ao luxo e à consagração, ele legitima e distingue. Neste projeto, porém, o dourado não concede poder, apenas ressalta o valor que já existe. Ao revestir corpos com deficiência dos pés à cabeça, desloca radicalmente o significado do padrão estético. O que antes era margem tornou-se referência. O que era exceção assume centralidade.

As imagens dialogam com o Carnaval brasileiro não apenas como festa, mas como linguagem cultural de excesso, liberdade e subversão. Brilho, composição e presença transformam cada fotografia em um editorial vivo, onde corpo, identidade e estética coexistem sem concessões. A deficiência permanece visível, não como obstáculo, mas como parte indissociável da beleza plural.

Alexandre Firmino da Silva

Irene Ferreia Souza

Aqui, a moda ultrapassa tendência e consumo: torna-se posicionamento. A beleza se afasta dos padrões normativos e revela-se na textura da pele dourada, nas assimetrias, na força dos gestos e na segurança de quem ocupa um espaço historicamente negado. O corpo com deficiência deixa de ser narrativa de superação, para afirmar-se como linguagem estética legítima.

Os relatos dos participantes reforçam essa mudança de perspectiva.

Alexandre Firmino da Silva, paraplégico, afirma: "passei anos tentando ignorar minha cadeira de rodas e meu corpo. Aqui, nada foi escondido. O ouro não disfarça, ele evidencia quem eu sou."

Irene Ferreira Souza, mulher negra com sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), amplia esse deslocamento: "meu corpo sempre foi visto como limite. Quando me vi dourada, entendi que ele também é beleza, imagem e discurso. Não precisei mudar nada para ocupar o centro. Sem medo, posso ocupar o meu lugar de rainha."

Ariete Angotti, modelo com nanismo, sintetiza: "o ouro não me transformou. Ele transformou o olhar."

Valéria Camargo de Lima, mulher negra com vitiligo, traduz em emoção:

Fotos: Kica de Castro Maquiagem e figurino: André Lima

POR Kica de Castro

Ariete Angotti

"estou dourada como o sol, marcada pela vida e coroada de luz. Cada mancha tornou-se potência."

A exposição nasce no ambiente virtual, como plataforma acessível e em expansão, com possibilidade de desdobramentos presenciais. Mais do que um conjunto de imagens, configura-se como campo aberto para novos corpos e novas narrativas, mantendo o dourado como eixo simbólico e explorando temas como gênero, raça, sensualidade, envelhecimento e pertencimento.

O que está em jogo não é apenas visibilidade, mas reposicionamento. Quem define o belo ? Quais corpos representam poder na moda e na arte ?

Ao transformar corpos em ouro, o projeto subverte a lógica do prêmio. A vitória não está no pódio, mas na decisão de existir plenamente.

No fim, o ouro não fala apenas de brilho. Fala de escolha. De ocupar espaço sem pedir licença. De compreender que a beleza não é concessão, é reconhecimento. Quando o olhar se transforma, não há retorno possível.

Você topa virar ouro na próxima sessão fotográfica ? Sua resposta desse ser enviada para o email: vivereficiente@gmail.com

Kica de Castro
é palestrante, publicitária e fotógrafa. Tem uma agência de modelos para profissionais com deficiência desde 2007. É colunista/colaboradora da Revista Reação desde 2008. Em 2015 criou o programa de TV "Viver Eficiente", que tem como objetivo dar voz e visibilidade para pessoas com deficiência.
Redes Sociais: @vivereficiente

"Viver Eficiente" celebra 11 anos ampliando vozes, histórias e representatividade das pessoas com deficiência

POR Natali Valéria

Há 11 anos, um espaço de comunicação nascido em Osasco/SP passou a ocupar um lugar fundamental no cenário cultural e midiático brasileiro. O programa "Viver Eficiente", que estreou em maio de 2015, consolidou-se como uma das principais vitrines de protagonismo, informação e representatividade das pessoas com deficiência, alcançando audiência no Brasil e no exterior. Idealizado e apresentado pela fotógrafa Kica de Castro, o programa surgiu com a missão de dar visibilidade a histórias, debates e experiências que historicamente ficaram à margem da mídia tradicional. Ao longo de mais de uma década, o programa construiu uma proposta democrática e acessível, combinando informação, reflexão e humor na medida certa. Elementos que contribuem diretamente para o combate ao capacitismo e para a ampliação do debate público sobre inclusão.

A relevância da iniciativa dialoga com a realidade do país. Os números de pessoas com deficiência divulgados pelo IBGE, reforçam a importância de espaços de comunicação que ampliem a escuta e a presença desse público na mídia. À frente do programa, Kica de Castro é reconhecida como uma das principais referências em inclusão no Brasil. Fotógrafa premiada, ela atua desde 2002 com PcD e, em 2007, criou a primeira agência de modelos para profissionais com deficiência do país, iniciativa pioneira que ajudou a transformar o olhar da sociedade sobre diversidade, estética e representatividade. Seu trabalho comprova, na prática, que beleza e deficiência não são conceitos opostos, como demonstram editoriais, exposições e passarelas que passaram a refletir essa pluralidade. Como parte das comemorações de aniversário, o "Viver Eficiente" passa a apresentar episódios inéditos gravados em diversas cidades do Brasil e em Alphaville – região metropolitana de SP – ampliando ainda mais o alcance das histórias e das vozes que representam a diversidade brasileira.

O programa é exibido diariamente na Astral TV, às 15h30, e semanalmente na grade do Alpha Channel TV. Para Bete Mancuso, diretora executiva do canal Alpha Channel, a atração cumpre um papel essencial na comunicação contemporânea: "programas como o Viver Eficiente são espaços verdadeiramente democráticos, com propósito e grande relevância cultural. Eles mostram que é possível combater o preconceito com informação, sensibilidade e leveza."

Ao completar 11 anos, o Viver Eficiente reafirma seu compromisso ético e cultural, fortalecendo o protagonismo das pessoas com deficiência e demonstrando que comunicação inclusiva não é exceção, afirmando que é um caminho necessário para uma sociedade mais diversa, justa e representativa.

Fotos: Kica de Castro Maquiagem e figurino: André Lima

POR Kelly Freymann

2026: o futuro que começou ontem

Este é um dossiê científico-social sobre a virada da medicina e o direito ao futuro da pessoa com deficiência com dados científicos, pesquisas clínicas e reportagens especializadas.

O fim da sentença

Durante décadas, pessoas com deficiência ouviram sentenças que soavam finais: irreversível, permanente, sem possibilidade terapêutica. A medicina clássica, por muito tempo, operou dentro dessas fronteiras, tratando consequências, não origens. Esse modelo produziu sobrevida, mas também produziu abandono terapêutico, normalização da perda funcional e uma cultura de adaptação sem investigação. Entre 2025 e 2026, esse paradigma começou a ruir. Não por promessas fáceis ou discursos de cura imediata, mas porque a ciência passou a compreender o corpo humano em níveis antes inalcançáveis: molecular, genético, imunológico e sistêmico. O que emerge não é um tratamento isolado, mas um ecossistema médico integrado, no qual genética, imunologia, inteligência artificial, terapias celulares e regeneração neural convergem.

Um modelo que deixa de apenas adaptar corpos à deficiência e passa a investigar como prevenir perdas, preservar funções e, em contextos específicos, restaurar capacidades. Para a comunidade PcD, isso não é projeção distante. É um presente em construção e um direito científico em disputa.

A infraestrutura invisível: inteligência artificial como sistema nervoso da medicina (2020–2026)

Antes da terapia, veio a visão. Antes da intervenção, a previsão. A inteligência artificial deixou de ser um acessório tecnológico e tornou-se infraestrutura médica essencial. Entre 2020 e 2023, consolidou-se no diagnóstico por imagem, na triagem clínica e na identificação de doenças raras. Entre 2024 e 2026, integrou imagens, genomas, histórico clínico e resposta terapêutica. A medicina passou a antecipar riscos antes da perda funcional, um avanço estrutural para a prevenção de deficiências adquiridas e de agravos irreversíveis.

Câncer: do ataque indiscriminado ao controle biológico inteligente (2023–2026)

Até o início da década de 2020, o câncer foi tratado majoritariamente por estratégias agressivas, frequentemente associadas a sequelas permanentes. A virada científica redefiniu o objetivo: ensinar o sistema imunológico a reconhecer e controlar o tumor.

Terapias celulares programadas

CAR-T (2023-2025): integração definitiva aos protocolos clínicos para cânceres hematológicos, com engenharia celular aprimorada e redução de eventos adversos graves. CAR-NK (2024–2026): menor toxicidade, maior previsibilidade imunológica e expansão para tumores sólidos. Impacto direto para PcD: menor risco de dano neurológico, menos inflamação sistêmica e maior preservação funcional.

Vacinas personalizadas de mRNA (2024–2026)

Produzidas a partir do sequenciamento genético do tumor do próprio paciente, treinam o sistema imune para respostas altamente específicas.

Biópsias líquidas e IA (2025)

A detecção precoce de DNA tumoral circulante, aliada à inteligência artificial, permitiu identificar câncer antes da manifestação clínica.

Edição genética: corrigir o erro antes que elese torne deficiência (2021–2026)

A edição genética deixou o campo experimental e entrou na clínica com precisão crescente. Base editing (2021): correções pontuais sem quebra da dupla hélice. Prime editing (2022–2024): correções genéticas mais complexas, com alcance ampliado para doenças neurológicas e metabólicas.

O papel estratégico do Brasil

Entre 2023 e 2026, o Programa Genomas Brasil iniciou o maior mapeamento genético da população brasileira, revelando milhões de variantes au-

sentes em bancos internacionais. Isso redefine o diagnóstico de doenças raras e condições subdiagnosticadas em pessoas com deficiência. Ensaios clínicos entre 2024 e 2026, como os envolvendo o gene PCSK9, demonstraram controle metabólico duradouro com intervenção única, sinalizando a expansão dessas terapias para doenças prevalentes.

Imunologia: quando o corpo deixa de ser campo de batalha (2022–2025)

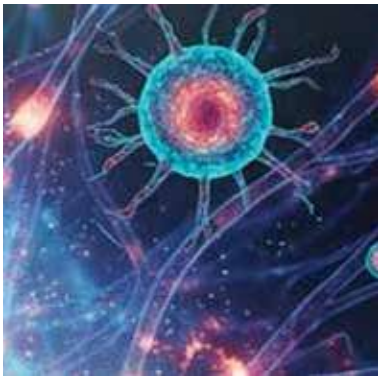
Em 2025, o Prêmio Nobel de Medicina reconheceu descobertas sobre tolerância imunológica periférica, elucidando os mecanismos pelos quais o sistema imune passa a atacar tecidos saudáveis. Esses avanços permitiram: Redução de inflamações crônicas Maior segurança em imunoterapias. Menor rejeição em terapias celulares. Para a comunidade PcD, isso representa desaceleração da progressão de doenças inflamatórias, redução da dor crônica e maior preservação funcional.

Lesão medular e irreversibilidade: a fronteira que começou a se mover

Entre os avanços mais relevantes para a comunidade PcD destaca-se o trabalho da bióloga Tatiana Coelho de Sampaio, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e chefe do Laboratório de Biologia da Matriz Extracelular.

Linha do tempo científica

1999–2020: estudos fundamentais sobre Laminina e matriz extracelular. 2021–2023: desenvolvimento da Polilaminina. 2024–2025: testes pré-clínicos e aplicações experimentais controladas. 2025–2026: divulgação de resultados iniciais e ampliação regulatória. A Polilaminina, proteína derivada da placenta humana, atua reorganizando o microambiente celular da medula espinhal lesionada, com redução de cicatriz glial e favorecimento de reconexões neuronais. Relatos iniciais divulgados em 2025 indicam ganhos sensoriais e motores parciais, sempre dentro de protocolos experimentais rigorosos,



em parceria com a farmacêutica Cristália e sob avaliação da ANVISA.

Marco científico

A lesão medular deixa de ser apenas uma condição permanente e passa a ser alvo de investigação regenerativa real, ainda em validação. Tatiana defende publicamente que a ciência de ponta exige regulação responsável, financiamento contínuo e compromisso social, especialmente com populações historicamente negligenciadas.

Ciência brasileira e responsabilidade histórica

A virada estrutural da medicina no Brasil tem nomes, instituições e décadas de trabalho. Mayana Zatz (USP): genética médica e doenças neuromusculares, consolidando a medicina personalizada. Miguel Nicolelis (Duke University/Brasil): interfaces cérebro-máquina aplicadas à reabilitação motora. Lygia da Veiga Pereira (USP): células-tronco pluripotentes e testes personalizados de medicamentos. Ester Sabino (USP): genômica viral aplicada à saúde pública. Stevens Rehen (IDOR): organoides cerebrais para estudo precoce de doenças neurológicas. Esses trabalhos sustentam a base científica que permite pensar deficiência não apenas como condição social, mas como campo legítimo de inovação biomédica.

Fibromialgia: da invisibilidade clínica aoreconhecimento biológico (2026)

A fibromialgia é hoje reconhecida como síndrome de sensibilização central, com bases neurobiológicas claras. Não é psicossomática, não é imaginária e não decorre da ausência de lesão visível. Evidências recentes demonstram alterações no processamento central da dor, disfunção do eixo cérebro-intestino, inflamação de baixo grau, alterações neuroendócrinas e mudanças na conectividade cerebral. Em 2025, a aprovação do Tonmya (TNX-102 SL) pela FDA marcou o primeiro novo medicamento para fibromialgia em mais de 15 anos, com foco na melhora do sono e redução da dor crônica. As melhores respostas clínicas decorrem de abordagens integradas, combinando farmacologia, exercício estruturado, educação em dor, terapia cognitivo-comportamental e acompanhamento multidisciplinar. A fibromialgia deixa de ser uma síndrome de exclusão e passa a ser reconhecida como fenótipo neuroimunometabólico legítimo.

Conclusão: um novo pacto entre ciência, medicina e pessoa com deficiência

Entre 2025 e 2026, a medicina firmou um novo compromisso histórico: Prevenir antes do dano. Detectar antes da perda funcional. Tratar a raiz molecular. Preservar autonomia e dignidade. Para a comunidade PcD, isso representa uma mudança de eixo: o futuro deixou de ser apenas adaptação. Passou a ser possibilidade científica concreta, construída com rigor, ética, responsabilidade pública e compromisso social.

Kelly Freymann
é Mãe atípica, palestrante - disponível para palestras em eventos, instituições, encontros e empresas. Téc.Nutrição, Gestão Pública e estudante Biomedicina.
E-mail: kellyfreymann777@gmail.com

POR Ricardo Beráguas

ITCMD – O imposto que impacta nas ações sociais

Sempre houve uma grande controvérsia a respeito deste imposto e suas diversas interpretações para o terceiro setor.

Temos de um lado aquela doação que é dada para organizações sem fins lucrativos, sem destinação determinada para que ela decida sobre o que deva ou não fazer e; temos o investimento em projeto social.

Vamos tratar desse segundo caso que é aquele em que a associação ou fundação elabora um projeto social e busca na sociedade "o investimento para o desenvolvimento de tal projeto".

Em nosso entendimento não se configura uma doação na acepção da palavra, mas um investimento social em que estarão definidos todos os pontos, propósitos e custos, bem como seus registros contábeis segregados adequadamente para transparência e cumprimento das previsões legais.

Ouvindo essa premissa, o legislador pátrio determinou na Constituição Federal (Incluído pela Emenda Constitucional Nº 132, de 2023), o seguinte:

"Constituição Federal – artigo 155 – parágrafo 1º inciso VII - não incidirá sobre as transmissões e as doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições estabelecidas em lei complementar;"

Entendido que a relevância pública e social tem o foco nas causas que possam afligir a sociedade num leque extenso de situações que não se pode tipificar literalmente na letra da lei. Agora em 13 de janeiro de 2026, chegou a Lei Complementar Nº 227 que veio regulamentar parcialmente esta situação reiterando a não incidência do ITCMD para as instituições sem fins lucrativos que tenham "finalidade de relevância pública e social", delegando às Secretarias Estaduais de Fazenda o encargo de certificar a veracidade dos pedidos de reconhecimento de imunidade/isenção, evidenciando que essas organizações precisarão apenas cumprir com o previsto no artigo 14 da lei Nº 5172/66, ou seja, o código tributário nacional que prevê o seguinte:

"I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;

II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão".

Desta forma entendemos que a partir do momento em que a organização tenha em seus objetivos sociais a previsão de ações de relevância pública e social e, apresente o livro diário contábil devidamente elaborado nas normas ITG 2002 do Conselho Federal de Contabilidade, assinado pelo contador e o representante legal, acrescido das declarações de que todas as rendas obtidas pela organização serão aplicadas nos seus objetivos sociais, bem como não enviarão recursos para o exterior e que não haverá distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou rendas. As secretarias de fazenda concederão a certificação que garantirá sua isenção ou o reconhecimento de sua imunidade tributária e, desta forma não incidirá o ITCMD.

Precisamos deixar claro que é fundamental protocolar o pedido de isenção/imunidade na Secretaria de Fazenda da localidade, juntamente com a documentação mencionada, uma vez que o "Governo" não tem o conhecimento prévio da sua intenção de obter o reconhecimento e, do contrário poderá ser cobrado o imposto sobre os recursos recebidos.

Para as organizações que apenas recebem mensalidades, contribuições de associados ou apenas verbas públicas, não haverá a necessidade de requerer o pedido de isenção, sendo importante apenas para aquelas que recebem doações próprias para execução de seus projetos.

Recomendamos que todos reflitam a respeito deste pedido de isenção ou reconhecimento de imunidade, pois a lei determina que ele só valerá a partir da data do protocolo na secretaria de fazenda, portanto precisamos ter o protocolo ANTES de receber qualquer doação importante.

Ricardo Beráguas
é Contador, proprietário da A2 Office – escritório de contabilidade especializado em entidades do terceiro setor, e presidente do Instituto A2 Office.
Email: contador@a2office.com.br
Site www.a2office.com.br

O Carro do Ano para PcD 2025 !!!

Esta pesquisa é realizada há 28 anos pelo Sistema Reação e este ano ganhou um reforço especial do Instituto Biomob para chegar de forma ainda mais eficiente junto aos leitores desta revista e seus seguidores, para eleger qual o "melhor carro para pessoas com deficiência" em 4 categorias diferentes.

Esta é a segunda vez que a pesquisa "Melhor Carro para PcD" opta por premiar 4 categorias de veículos diferentes. Os nossos leitores, seguidores, parceiros, assinantes, enfim, todos aqueles que, através somente da internet – redes sociais, portal de notícias e divulgação em massa pelo whatsapp – votaram nas 4 categorias e puderam, através do voto direto, eleger os melhores modelos de veículos: compactos, sedan, suv e elétricos. Não é a revista e nem o Sistema Reação quem elege. Quem elege é o seu voto, como já é tradição nesses 28 anos de realização dessa pesquisa – antes através de votos em papel, com cupons de "carta-resposta", pelo correio, e agora através das mídias digitais e internet.

Para que pudéssemos ter um maior alcance, uma abrangência ainda melhor, atingirmos um número mais significativo de pessoas com deficiência que pudessem votar no "melhor carro para a pessoa com deficiência do ano de 2025", este ano o Sistema Reação - Revista Reação se uniu à Biomob, que tem plataformas específicas e eficientes de pesquisa, além de meios de captação e compilação dos votos muito mais eficientes. Essa parceria deu certo e tivemos na pesquisa do "carro do ano 2025" o maior número de votos alcançados em toda a história dessa ação. Foram no total 4.654 votos vindos de todas as partes do Brasil e alguns até de outros países. Uma votação expressiva que elegeu os 5 melhores em cada categoria, segundo o desejo do público PcD e seus familiares, usuários, profissionais da área e formadores de opinião, consumidores de veículos.

A votação foi iniciada em novembro de 2025 – até porque, a pesquisa foi para eleger os modelos 2025, e ficou à disposição no portal – www.revistareacao.com.br – e sendo divulgada e estimulada para votação de todos por cerca de 90 dias. A apuração foi feita no final de janeiro de 2026.

O fato de dividir a premiação em 4 categorias desde a votação do melhor carro de 2024 foi muito bem aceita, não só pelos votantes, mas também pela indústria automobilística. Por tanto, mais uma vez teremos 4 troféus diferentes, um para premiar o 1º lugar de cada categoria, e eles serão entregues um a um, nas sedes das montadoras das marcas vencedoras, entre o final de março e início de abril próximo.

Um retrato fiel do mercado de veículos para PcD

Esta pesquisa é reconhecidamente o "retrato" do mercado de automóveis voltados para pessoas com deficiência, referente ao ano que ela é realizada. Neste caso, o ano base foi o de 2025. E a partir do seu resultado, as montadoras e concessinárias das marcas tomam sua decisões comerciais, institucionais e de investimentos no decorrer do ano de 2026. Vamos juntos conhecer os mais votados e os vencedores nas 4 categorias:

CATEGORIA SEDAN - 2025

1º Lugar – Onix Plus (Chevrolet/GM)
2º Lugar – City (Honda) / Cronos (Fiat)
3º Lugar – Corolla (Toyota)
4º Lugar – HB20 (Hyundai)
5º Lugar – Novo Versa (Nissan)

O vencedor de 2025 na categoria Sedan é um velho conhecido do consumidor e sempre marcou presença nas pesquisas nesses 28 anos. O Onix Plus da Chevrolet/GM ganhou uma "cara nova", externa e interamente. Mudanças sutis, mas que garantiram a ele a atenção do consumidor, que tem no modelo, além de uma ótima relação custo x benefício, um dos melhores porta-malas da sua categoria. Na sequência, em 2º lugar, vem a marca Honda, que carrega até hoje o título de maior ganhadora desta pesquisa – antigamente com os modelos Civic e Fit – e que agora volta, depois de algum tempo ausente, a figurar entre as primeiras colocações com o Novo City, na categoria sedan. O City também foi reestilizado, ganhou até uma versão hatch, e vem conquistando seu espaço aos poucos, mesmo sem nenhum empenho publicitário da marca em divulgação. Já o Corolla da Toyota – também um dos principais ganhadores de toda a história desta pesquisa e ganhador da 1ª colocação da categoria sedan de 2024 – caiu para a 3ª posição. O que deve ser fruto também da sua ausência da mídia especializada e pouco investimento no segmento PcD. Outro que caiu de posição em relação à pesquisa anterior foi o HB20 Sedan da Hyundai, que este ano chegou na 4ª posição. E o Novo Versa da Nissan, também de cara nova, ficou com a 5ª colocação. Quem investe no segmento PcD durante o ano, sempre tem melhor número de votos quando a pesquisa é feita. É inevitável !

CATEGORIA SUV - 2025

1º Lugar – Kicks (Nissan)
2º Lugar – T-Cross (VW)
3º Lugar – Renegade (Jeep) / Spin (Chevrolet/GM)
4º Lugar – Eclipse (Mitsubishi) /Tiggo 7 (Caoa Chery)
5º Lugar – Fastback (Fiat) / Aircross (Citröen)

Os SUV são os "queridinhos" do consumidor brasileiro – isse é uma realidade que se vê nas ruas – e nessa categoria, pelo menos junto ao público consumidor com deficiência, o Kicks da Nissan vem garantindo sua supremacia e garantiu mais um ano em 1º lugar na preferência dos votantes dessa pesquisa. A novidade fica por conta do T-Cross da VW, que nem foi citado em 2024 e agora, devido provavelmente ao trabalho da rede concessionária durante o ano junto ao público PcD, aparece na pesquisa de 2025 em 2º lugar isolado. O Renegade da Jeep se manteve em 3º lugar depois de já ter no passado sido o vencedor algumas vezes. E dividindo com ele a 3ª colocação aparece a Spin da Chevrolet/GM, ela que também no passado já foi a ganhadora desta pesquisa. Mas foi na 4ª colocação que veio a grata surpresa dos votos da pesquisa 2025. Trata-se do modelo Eclipse da Mitsubishi, que debutou no segmento PcD no ano passado, com uma campanha em massa da montadora junto ao público consumidor com deficiência, quebrando o tabu que havia sobre a marca ser "cara" e só ter veículos "premium", o que não é verdade. O Eclipse entrou nesse segmento de mercado com tudo e mostrando que tem, além de glamour e qualidade, também preço bom e competitivo. Um sucesso total !

Junto com o Eclipse na 4ª colocação está o Tiggo 7 da Caoa Chery, que tomou a preferência e a mesma colocação do Tiggo 5 no coração do consumidor PcD, se mantendo na mesma colocação do ano passado e se destacando junto ao público. Já na 5ª posição surgiram dois nomes novos na pesquisa: o Fastiback da Fiat, que também teve uma ação agressiva de preço durante o ano junto ao público PcD, e o Aircross da Citröen, que depois que passou a fazer parte da família Stellantis acabou conquistando, pela relação custo x benefício, uma boa parcela dos consumidores PcD.

CATEGORIA ELÉTRICO - 2025

1º Lugar – Dolphin Mini (BYD)
2º Lugar – Icar (Caoa Chery)
3º Lugar – King (BYD) / Ora (GWM)
4º Lugar – Song Pro (BYD)
5º Lugar - Haval H6 (GWM)

Os elétrios ou eletrificados estão tomando conta das ruas, principalmente nos grandes centros e é notável a presença de marcas fortes, como BYD e GWM por toda parte. Nessa pesquisa do "melhor carro para PcD 2025" nesta categoria, pelo visto, estamos assistindo uma nítida preferência do público do segmento pelo BYD Dolphin Mini, que pelo segundo ano consecutivo conquista a 1ª colocação disparado. Em 2º lugar apareceu uma novidade, o Icar da Caoa Chery, que pouco se vê nas ruas, mas foi muito bem votado pelas PcD. Na 3ª colocação a BYD vem marcando território, agora com um modelo mais clássico, o King – um dos carros mais econômicos do Brasil – na sua vesão híbrida. E com ele, vem a GWM empatada com o Ora, que a cada dia se vê mais por aí.

Na 4ª posição e carimbando a preferência pela marca no segmento, aparece brilhando sozinho o modelo Song Pro, o SUV lançamento híbrido de 2025 da marca. E na 5ª colocação outro GWM, também um SUV, o Haval H6, que em 2024 ficou na segunda posição de preferência e este ano, figurou na quinta.

A cada dia que passa as marcas de veículos elétricos ou eletrificados vem crescendo em nosso País e vem chamando a atenção do consumidor com deficiência, seja pela beleza, pelo requinte do acabamento, pela novidade, pelo baixo consumo, pela relação custo x benefício, pelo preço ou pela atenção na rede concessionária que, na hora da troca do usado pelo 0km acaba oferecendo condições extremamente atraentes para o consumidor, seja ele PcD ou não. É uma estratégia para conquistar mercado neste início de atividades no Brasil, mas vem dando resultado.

Em 2025 a BYD em parceria com o Sistema Reação/Revista Reação, colocou à disposição vários de seus modelos para matérias especiais de test-drive, apresentando a marca para o mercado PcD. Lançou campanhas até na TV, rádio e redes sociais trabalhando seus modelos para PcD. A ação chamou a atenção do consumidor com deficiência e hoje a marca é referência no segmento PcD quando o assunto é eletrificação.

CATEGORIA COMPACTO - 2025

1º Lugar – Yaris (Toyota)
2º Lugar – City Hatch (Honda)
3º Lugar – Argo (Fiat) / Kwid (Renault)
4º Lugar – Nivus (VW)
5º Lugar – Onix Hatch (Chevrolet/GM) / Mobi (Fiat)

No universo dos modelos conhecidos como "compactos" com câmbio automático, direção assistida, vidros elétricos e outros poucos acessórios entre componentes de conforto, este ano na pesquisa tivemos pelo menos alguns "intrusos" que não preenchem esses requisitos, mas que estão entre os 5 colocados escolhidos pelo público votante.

Na 1ª colocação da categoria ficou o Yaris da Toyota, que mesmo sem esforço de mídia da montadora em sua divulgação, acabou aparecendo como boa opção na hora da compra por PcD. Na sequência e não menos importante, e também pelos mesmos motivos que o primeiro colocado, veio na 2ª posição o City Hatch da Honda, que diferente do Yaris, foi uma novidade no mercado. Já na 3ª colo-

cação apareceu o Argo da Fiat, que veio tomando a posição do seu "irmão" de marca, o Pulse, que ocupou a mesma posição em 2024. E com o Argo, empatado tecnicamente, está um dos "intrusos": o Renault Kwid, que não tem versão automática – somente na sua versão elétrica e não é o caso aqui – mas que, para as PcD que não precisam de nenhuma adaptação para dirigir ou para os chamados "não condutores" – como pais de autistas e síndrome de Down, por exemplo – acabou se oferencendo como uma ótima opção por seu baixo custo. Já o Nivus da Volkswagen caiu da 2ª colocação em 2024 para a 4ª posição em 2025, mas se manteve entre os 5 colocados.

O Onix Hatch da Chevrolet/GM que, em 2024, nem foi citado entre os 5 primeiros, este ano alcançou a 5ª posição na pesquisa, dividindo o lugar com outro "intruso": o Mobi da Fiat, que assim como o modelo da Renault, também não tem versão automática, porém, se mostra, pelo preço, uma ótima opção para alguns consumidores com isenção de impostos.

Mudanças marcarão 2026 e a reforma tributária começa em 2027

Desde o ano passado que o mercado de automóveis 0km para PcD vem passando por mudanças e incertezas, seja nos impostos federais – IPI e ICMS – como também nos IPVAs em todos os estados. Uma confusão generalizada que a cada dia trouxe mais dificuldade para aqueles que atuam no segmento. Porém, com a definição sobre a Reforma Tributária de como as coisas vão ficar a partir de janeiro de 2027, parece que o mercado acordou e se animou novamente. O importante é que ficou definido que até o final de 2026 tudo se mantém como está e só muda em janeiro de 2027, portanto, quem precisa de carro, quem está para trocar e estava esperando uma definição, agora já tem e não vale a pena esperar. Aproveitem as promoções das fábricas e os descontos das concessionárias. Existem muitas vantagens em comprar somente com a isenção de IPI, por exemplo, o que não prende o consumidor PcD por anos com o carro. Comprando com somente a isenção de IPI a PcD pode trocar depois de 2 anos e a burocracia para compra é bem menor e a documentação sai muito rápido. Vale a pena, pois os descontos oferecidos no mercado hoje para quem compra com isenção apenas do IPI, acaba por muitas vezes compensando o não uso do benefício da isenção de ICMS, que é mais burocrática, demorada e que prende a PcD com o carro pelo dobro do tempo. Agora é hora de aproveitar o momento do mercado PcD !

POR Wiliam Machado

Enfrentamentos, estigmas, dependência e autonomia para o autocuidado

Todos sabemos que pessoas com deficiência (PcD) representam parte significativa da sociedade presentes em todos os países do mundo que necessitam de cuidados específicos em todo seu ciclo de vida. Cuidados focados em conhecimentos técnico-científicos basilares de domínio das equipes interdisciplinares diretamente envolvidas em seus atendimentos de saúde e reabilitação, além de disponibilidade, abertura e sensibilidade para captar elementos intersubjetivos gerados pelas interações entre os corpos dos profissionais, usuários, familiares, cuidadores, e contextos dos serviços, ambientes, onde ocorrem. Para que haja equilíbrio nesse complexo, a definição clara das políticas públicas, demarcação das suas abrangências, definição dos papéis, competências e responsabilidades de cada membro das equipes interdisciplinares, equidade nas equipes mínimas em relação à demanda da população a ser atendida, são essenciais ao alcance de êxito na assistência integral dessas pessoas.

Ao longo da história, como sublinham Silva, Clemente, Vieira, et al. (2022), as PcDs permaneceram na invisibilidade por uma miríade de razões, incluindo a falta de uma clara definição sobre o conceito de deficiência e incapacidade. Uma definição adequada constitui o ponto de partida para a elaboração de estratégias e implementação de serviços de saúde voltados a esse público. Definição consolidada a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das PcDs, compreendida por aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas.

Como às PcDs são negados direitos essenciais ao exercício e reconhecimento social da própria identidade cidadã, a despeito da ampla disposição de instrumentos normativos e peças legais que teoricamente os assegurem, na prática das relações pessoais e institucionais da sociedade com essas pessoas, ainda predominam preconceitos, estigmas, discriminações, invisibilidade e outras formas de exclusão. No âmbito dos atendimentos às PcDs nos serviços de saúde, mesmo que mascarados por força da flagrante contradição de alguns dos integrantes das equipes interdisciplinares, também são detectados na atenção primária, secundária e especializada. Fruto do desconhecimento sobre a estrutura organizacional do sistema de referência, contrarreferência e demais fluxos da rede de atenção à saúde (RAS), agravados pelas lacunas no processo de formação profissional de seus membros, o que inviabiliza avaliações e intervenções assertivas dos exames, diagnóstico, tratamento e cuidados dispensados aos usuários, seus familiares e cuidadores.

Sabe-se que o estigma é um sinal ou marca que torna visível, a todas as outras pessoas, uma característica extraordinária em um indivíduo, o separa dos outros e é entendido como um sinal depreciativo. No entanto, não é a marca em si mesma que constitui o estigma, mas a relação que se constrói entre esta marca num indivíduo e os outros. Isso permite que uma mesma marca possa ser vista de forma distinta nas diferentes situações e relações, o que permite entender as variadas reações dos profissionais em cada situação. Nessa linha de pensamento, o estigma está envolvido em valores e num discurso construído no bojo do paradigma biocentrado. Se, por um lado, o desenvolvimento tecno-científico cria novas condições e formas de vida, por outro, a visão biologicista e mecanicista exclui aspectos da experiência, dos afetos e da construção de significados, ao lidar com pessoas envolvidas nestas condições de existência e de relação intersubjetiva.

As pessoas com deficiência são geralmente tratadas com atitudes baseadas em invisibilidade e hipervisibilidade, reduzidas a estereótipos estigmatizados e socialmente construídos, como os discursos da superação (herói/heroína) e da caridade (coitado/a). Por invisibilidade, a autora considera ações como desperceber ou desmerecer as pessoas com deficiência, muitas vezes por provocarem desconforto em quem se comporta dessa maneira, situações discutidas também neste estudo. Já a hipervisibilidade dá-se quando a deficiência sobrepõe as características que determinam a iden-

Foto: Freepik

tidade, por exemplo: a pessoa é mais conhecida como “fulano/a, o/a cego/a” do que por suas qualidades.

A deficiência congênita ou adquirida sempre nos surpreende ao tomarmos conhecimento sermos por ela afetados, desencadeando uma variedade de reações emocionais nada agradáveis. Avalanches de pensamentos negativos tomam conta do nosso imaginário, predominando sensações de medo quanto aos enfrentamentos do porvir. Isso também ocorre com pais e familiares em face do diagnóstico da gestação de feto com deficiências, momento que passam por enfrentamentos para reajustar futuros planos pessoais, profissionais e acolher uma criança com deficiência. Assim como ocorre com pessoas quando são acometidas por lesões neurológicas incapacitantes, a exemplo da lesão medular (LM), que envolve seus familiares e pessoas significativas, requerendo mudanças significativas nos planos estruturais do lesionado, seus familiares e pessoas mais próximas, por causar dependência funcional e requerer despesas para manter cuidados de curto, médio e longo prazo.

Dependência funcional de maior ou menor complexidade, a depender da área da medula espinal lesionada, as quais requerem intervenções de cuidados específicos para atender as necessidades de cada fase de enfrentamento imposta as pessoas com deficiência adquirida, ministrados, orientados, treinados e avaliados pela equipe interdisciplinar de reabilitação, sob liderança dos enfermeiros, pela sua ininterrupta atuação profissional nas diversas esferas, ambientes e serviços que integram a RAS. O enfermeiro tem sido cada vez mais reconhecido como mediador das relações interprofissionais e como articulador entre os diferentes serviços. Destaca-se, também, nas ações educativas e no manejo de cuidados e situações críticas junto ao usuário, familiares e cuidadores. No tocante às pessoas com LM, atua exercendo papel de liderança no planejamento da alta hospitalar e transição do cuidado institucional para domiciliar, compondo equipes profissionais de saúde e apoio para visitas domiciliares, promovendo encaminhamentos para a rede de cuidados à pessoa com deficiência (RCPCD), implementando procedimentos de orientações dessas pessoas, familiares e cuidadores, para o autocuidado e cuidados domiciliares, além de programas de educação continuada das suas equipes.

Ao nos darmos conta ter sido acometidos por eventos causadores de deficiência procuramos explicações para o ocorrido e negamos, a princípio, toda e qualquer explicação que não nos apronte uma linha de fuga da nova realidade a ser enfrentada daí para a frente, um verdadeiro beco sem saída imediata, que muito nos inquieta. Dormimos e acordamos dias e noites pensando em como serão as coisas a curto médio e longo prazos, tendo de superar cada uma de suas ainda desconhecidas fases, representadas pela negação, repercussão, ajustamento e reconstrução, inerentes aos processos de reabilitação e adaptação às novas condições de vida. Na fase de negação, custamos muito aceitar o ocorrido e resistimos a tudo que nos possa confirmar o que demonstram nossos sentidos corporais, conhecimentos científicos, experiências com o senso comum e perspectivas existenciais, inclusive, ateus descortinando a própria dimensão espiritual. Essa representa a primeira barreira a ser ultrapassada, a própria aceitação do que não pode ser mudado de imediato, e nenhuma pessoa pode fazer isso por nós, pois ao decidirmos enfrentar o porvir pessimista é preciso ser resiliente.

Após percorrer todos os labirintos mentais, mesmo ainda resistentes e sem alternativas imediatas de socorro, começamos a avaliar as repercussões da deficiência adquirida, momento em que os mais fracos sucumbem ou estacionam sem aderir ao processo de reabilitação. Muitos não resistem e se entregam, enquanto os mais maduros no sentido religioso e espiritual decidem avançar no ajustamento e recorrem às alternativas que se apresentam para preparo do processo de reabilitação. O que nos habilita a descoberta gradativa das potencialidades que dispomos para adaptação para o desempenho autônomo das atividades cotidianas com plena inclusão social, desde que o ambiente propicie condições favoráveis. Tanto quanto nos são expostas nossas fragilidades e vulnerabilidades pessoais que eventualmente possam necessitar de reavaliação das equipes reabilitadoras, tendo em vista que os programas de reabilitação não devem dar alta definitiva para seus reabilitandos, nada mais que, instituir uma lista de contatos para se recorrer nas eventuais necessidades de adaptação surgidas no longo prazo. O passo seguinte é bem mais complexo e se caracteriza pela fase de reconstrução, na qual você vai se valer do raciocínio crítico-reflexivo para utilizar de forma adequada todo aprendizado que lhe fora passado em ambientes totalmente acessíveis dos ginásios, laboratórios e salas de atendimentos dos Centros Especializados de Reabilitação, localizados nas maiores capitais dos estados brasileiros e regiões de maior concentração de renda.

Como a saída é extrair das vivências boas ou ruins o que possa contribuir para nos fortalecer, evoluir interiormente, com o passar do tempo, o amadurecimento sempre nos favorece para

POR Wiliam Machado

enfrentar novas experiências interacionais com outros. Pessoas usuárias de cadeiras de rodas, por exemplo, experimentam episódios de preconceito e discriminação, sejam aqueles que envolvem indivíduos sem "aparente deficiência", nas ruas, uso de transportes, comércio, escola, atividades de lazer, viagens, entre outras, ou em ambientes de saúde e reabilitação com os profissionais que nelas atuam, nas quais aprendemos a compreender comportamentos desviantes dos padrões éticos, que reproduzem seus estigmas internos. De início, não raro, gera muito desgaste mental e emocional e imediata reação contestatória e defensiva da ação a nós dirigida pelos que tentam nos ofender, até que passamos a compreender que se trata de limitado nível de consciência, incapacidade de compreensão, sensibilidade e compaixão daqueles que se julgam superiores aos outros em suas especificidades.

É importante esclarecer que uma em cada sete pessoas no mundo tem alguma deficiência, e para que possam se emancipar é fundamental que sua identidade seja reconhecida. Cerca de um bilhão de pessoas vivem com algum tipo de deficiência, e devido ao prolongamento da expectativa de vida, ao consequente aumento global da incidência de doenças crônicas e a acidentes, desastres e conflitos, esse número tende a crescer nos próximos anos. De acordo com estudo de Wagner V, Garcia LF, Lucena, et al. (2020), aproximadamente 70 milhões de pessoas no mundo necessitam de tecnologia assistiva, como cadeira de rodas, mas apenas de 5% a 15% delas, em média, têm acesso a esse recurso. A acessibilidade facilita a inserção em serviços de saúde, redução de iniquidades, inclusão social, promoção da saúde e redução de injustiças evitáveis.

de cuidados das PCDs são necessárias para garantir seu pleno desenvolvimento e inclusão. Considerando que essas pessoas constituem um grupo humano heterogêneo, que podem apresentar diferentes necessidades, ainda que tenham uma mesma deficiência, um facilitador importante ao implementar ações em saúde é considerar as especificidades desse público. Ao elaborar políticas públicas, programas, ações ou iniciativas compatíveis com as características das PcDs, é fundamental considerar a realidade social vivenciada, o que pode otimizar a abrangência e a efetividade das ações implementadas.

Cabe ressaltar que no campo das políticas públicas, a intersetorialidade e a interdisciplinaridade são consideradas dispositivos de melhoria do cuidado e da qualidade de vida das pessoas com deficiência. São vistas, ainda, como estratégia para atuar contra desigualdades e processos de exclusão. Porém, entre as dificuldades de suas concretizações está justamente a efetivação das relações de colaboração entre distintos profissionais, instituições e setores.

Prof. Dr. Wiliam César Alves Machado
é RN, MSc, PhD. Professor Benemérito.
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Alfredo Pinto College of Nursing (1890).
E-mail: wily.machado@gmail.com

POR Bruno Oliveira de Carvalho

Por que não defender a indicação de um jurista PCD para o STF ?

A atuação do STF no cenário político brasileiro é um tema que suscita debates acalorados. A complexidade reside no fato de que, embora o Judiciário não seja eleito diretamente pelo povo, suas decisões têm um impacto significativo na vida social e política do país. Essa dinâmica levanta questões sobre os limites da atuação do STF e a necessidade de um equilíbrio entre a independência judicial e a legitimidade democrática.

Nesse contexto, as declarações dos apresentadores da Rede Globo, o casal Luciano Huck e Angélica, ganham destaque. Luciano Huck, durante o programa "Domingão com Huck", enviou um recado ao Ministro Luís Roberto Barroso, que se aposentou, agradecendo pelos serviços prestados e pela defesa do judiciário em um momento de teste para a democracia. Angélica, por sua vez, durante a estreia do programa "Angélica ao Vivo" no GNT, fez um pedido direto ao Presidente Lula por mais uma mulher no STF, argumentando que o tribunal precisa refletir a diversidade do país.

A discussão em torno das nomeações para o STF é de grande relevância social e jurídica, exigindo uma análise criteriosa e imparcial dos critérios e influências que permeiam decisões de tamanha importância institucional. É inegável a influência da mídia tradicional nesse processo, moldando a opinião pública e conduzindo debates.

O agradecimento de Luciano Huck ao ministro Luís Roberto Barroso levanta questionamentos sobre o uso de

sua posição como formador de opinião para fins políticos, demonstrando um possível desrespeito com o público e com a concessão pública da emissora. A mídia tradicional, principalmente rádio e TV, tem subestimado a inteligência do telespectador, utilizando espaços de jornalismo e entretenimento para militância política.

A indicação de uma mulher para o STF por Angélica, também gera discussões, com a preocupação de que a escolha seja motivada exclusivamente por uma questão de gênero, em detrimento da competência e qualificação. Uma inclusão genuína deveria priorizar o mérito e as habilidades inquestionáveis. Nesse contexto, a promoção da candidatura de um jurista com deficiência – PCD - ganha relevância também, enriquecendo o debate da diversidade, mas com uma perspectiva única.

No que tange à representatividade de pessoas com deficiência no sistema jurídico brasileiro, a disponibilidade de dados públicos detalhados ainda é limitada. Dados de 2024 indicam que aproximadamente 4% dos advogados no Brasil se autodeclaram pessoas com deficiência, um número que pode não refletir a realidade devido a possíveis casos de subnotificação.

Apesar da escassez de dados específicos, o sistema judiciário brasileiro demonstra um compromisso crescente com a promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Há escritórios de advocacia especializados na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, e exemplos inspiradores de juízes com deficiência. Como é o caso de Ricardo Tadeu Marques da Fonseca, pessoa cega, que é um dos principais nomes do mundo jurídico PCD no Brasil, sendo um pioneiro na magistratura brasileira.

Fragmentar o argumento para a escolha de um nome para substituição do ministro aposentado Luís Roberto Barroso, tendo como critério único a condição de gênero, desconsidera que qualquer grupo social terá o seu argumento para defender o seu segmento no pleito ao STF. O importante deveria ser o conhecimento jurídico, mas a realidade é que o critério é político, infelizmente.

O nome do novo ministro do Supremo Tribunal Federal deveria ser anunciado após a viagem e o encontro do Presidente Lula com o Presidente americano, e, segundo informações da mídia, o nome mais cotado é o do Advogado-Geral da União, Jorge Messias, cuja indicação poderia representar uma ponte de diálogo do governo junto ao público evangélico. Porém, com fundo político, uma vez que o referido nome é explicitamente ligado pessoalmente ao presidente Lula. Mas essa indicação esfriou depois do final do ano passado.

Adicionalmente, é crucial expandir a análise para além das barreiras físicas e atitudinais mais evidentes, considerando a invisibilidade da deficiência intelectual e psicossocial. A superação desse obstáculo requer um esforço concentrado para promover a conscientização e a capacitação sobre deficiência intelectual e psicossocial em todos os níveis do sistema jurídico. Um exemplo foi o caso ocorrido no final do ano passado, onde o juiz e professor Alexandre Morais da Rosa tomou posse como desembargador do TJ/SC, após ser promovido pelo critério de antiguidade. Ele foi diagnosticado na vida adulta com TEA - Transtorno do Espectro Autista nível 1. O diagnóstico dele como TEA foi confirmado em 2021, após avaliações conduzidas por psiquiatras e psicólogos.

A efetividade das medidas de inclusão também depende da promoção da acessibilidade atitudinal, que transcende a mera eliminação de barreiras físicas ou a adoção de tecnologias assistivas. A mudança de mentalidade e a superação de preconceitos são elementos essenciais para a construção de um ambiente jurídico verdadeiramente inclusivo. Outro aspecto relevante a ser considerado é o papel das associações e coletivos de pessoas com deficiência, que desempenham um papel crucial na luta contra o capacitismo e na promoção da inclusão no Direito.

Por fim, é preciso reconhecer que o capacitismo se manifesta de forma diferenciada para pessoas com deficiência que também pertencem a outros grupos minorizados. A interseccionalidade entre deficiência e outras formas de opressão podem gerar barreiras adicionais e dificultar ainda mais o acesso e a ascensão na carreira jurídica. E para concluir este debate, é válido traçar um paralelo entre o grupo social das mulheres e o grupo das pessoas com deficiência (PCD), pois ambos compartilham a necessidade de políticas públicas e de uma cultura de valorização que promova a inclusão social e o desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, concordo com a Angélica: por que não defender a indicação de um ministro do sexo feminino ou até um com deficiência para o STF ?

Cito aqui como exemplo, e até sugestão, o próprio Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca ou até mesmo, o Dr. Igor Lima da Cruz – cadeirante e articulista desta revista e cuja obra "Deficiência & Os Desafios para uma Sociedade Inclusiva", publicada pela Editora Foco, sobre direito e inclusão social das pessoas com deficiência é reconhecida em renomadas instituições, como a Faculdade de Direito de Coimbra, em Lisboa - Portugal, e Harvard, nos Estados Unidos. A obra já foi mencionada em voto pelo Ministro Luiz Fux em um caso que tratava do direito à educação de PcD auditivos, reforçando a importância da acessibilidade e da inclusão.

Bruno Oliveira de Carvalho
é cadeirante, para-atleta de Bocha Adaptada e fala sobre inclusão social. Escreve artigos assinados sobre temas diversos para veículos de comunicação e apresenta o podcast Consciência Inclusiva.
E-mail: bofc86@gmail.com

POR Cleusa Mangueira Sonnewend

2026 será um ano de grandes conquistas para o Instituto Humanus

Começando 2026, trago nesta reportagem uma entrevista com o atual presidente do Instituto Humanus para Pessoas com Deficiência, Rodolfo Sonnewend, que nos apresentou um cenário geral com todos os Projetos que serão desenvolvidos pela entidade.

Sabemos que o Instituto é uma Organização Multidisciplinar da Sociedade Civil dedicada à promoção da acessibilidade, inclusão e cidadania das Pessoas com Deficiência e Diversidade Assistiva. "A diversidade assistiva é composta por pessoas obesas, idosos, com alta e baixa estatura, gestantes, acidentados, indivíduos com deficiências alimentares e os que tem uso contínuo de medicamentos", explica Rodolfo.

Desde sua criação, o Instituto Humanus tem se destacado pela inovação em soluções de acessibilidade, criação de novos conceitos para o universo das PcD – como também o da Diversidade Assistiva, desenvolvimento de diversas soluções em tecnologias assistivas e processos inclusivos através da articulação com o poder público, com a iniciativa privada, além de sua atuação direta com propostas de impacto social, tecnológico, educacional e mercadológico, beneficiando a comunidade em geral por meio de projetos socioeconômicos, treinamento, cultural, esportivos, tecnológicos e consultorias em acessibilidade e inclusão.

Em 2026, a entidade continua totalmente compromissada com os objetivos sócio inclusivos. "Vale dizer que no esporte inclusivo, desenvolveremos a segunda etapa do Union Cup 2026, que já se consagrou, desde 2024, como um sucesso no processo de formação de um time misto com crianças com deficiência cognitiva e sem deficiência na cidade de Nova Heliópolis, em São Paulo/SP, mas agora, com uma grande novidade: além do campeonato também foi criada uma escolinha de futsal, para os futuros novos talentos desta modalidade esportiva", conta Sonnewend.

O Projeto Union Cup tem o apoio da Secretaria dos Esportes da Cidade de São Paulo e do CEU Heliópolis, e toda verba foi liberada através de emendas parlamentares da Câmara Municipal de São Paulo/SP. "Também teremos um outro campeonato, chamado 'Futsal sem Fronteiras', que está sob a pasta do Ministério dos Esportes", adianta Rodolfo.

Ainda, falando em esportes, haverá outra grande modalidade esportiva que será o Jiu Jitsu com crianças com e sem deficiência. O instituto está consolidando, junto à secretaria de esportes do Município de São Paulo e todo o processo jurídico e operacional, para que possa realizar mais este grande projeto esportivo.

O presidente da entidade salienta que este e todos os outros projetos da Humanus podem ser acessados no site da entidade - www.institutohumanus.org.br - no link Projetos.

Um outro e já consagrado do Plano de Trabalho desenvolvido pela entidade é o Projeto "Música Inclusiva". Neste sentido, desde 2019, a Humanus vem desenvolvendo diversas novas apresentações com estruturas variadas. Neste ano não será diferente, em 28 de março, terá a apresentação de um novo espetáculo: "Música Inclusiva - Notas e Passos" , com o apoio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência da Cidade de São Paulo/SP. O projeto está dividido em 3 etapas, sendo que a primeira já ocorreu em 2 de fevereiro, com uma palestra, onde foram apresentados os bastidores do Projeto para uma plateia de mais de 90 pessoas de forma presencial

e pela web, transmitido através da parceria com o Sistema Reação de Comunicação/TV Reação, e o Instituto Super Mães. Agora em 2 de março, teremos uma nova etapa do Projeto, com a apresentação da Palestra nos Bastidores do "Música inclusiva", que ocorrerá novamente na sede da entidade parceira, que está localizada na região do Ipiranga, na Rua Leais Paulistanos, 39 – zona sul da capital paulista – e também com a transmissão pelo Boletim Diário de Notícias da TV Reação. E na sequência, já no dia 28 de março, ocorrerá a grande apresentação, com a regência do Maestro Rodrigo Vitta com a orquestra e coral Metropolitano, além da inédita presença do Ballet de Cegos da consagrada companhia Fernanda Bianchini.

Mais informações através do site do Instituto Humanus, ou diretamente no site do projeto - www.musicainclusiva.com.br. E falando de música que promove inclusão, outra grande atração do "Música Inclusiva", será o Projeto Cinema em Partitura, que ocorrerá através da Secretaria de Cultura da Cidade de São Paulo. Pela primeira vez, esse Projeto irá posicionar a entidade no ensino de canto e partitura. O projeto Música Inclusiva – Cinema em Partitura, também conta com o apoio do Instituto Super Mães, do CEU Heliópolis e do Sistema Reação de Comunicação. "Ele está estruturado em oficinas de canto (coral) e partituras para pessoas com e sem deficiência, além de duas apresentações que incluirão todos os alunos com e sem deficiências, que participarão das aulas", comenta Rodolfo. As inscrições já estão abertas no site da entidade, participem !

Mas as novidades do Instituto Humanus não param por aí, neste ano, além dos projetos citados aqui, a entidade também promoverá o Projeto "Vozes de Fernanda Mayrink", com palestra sobre teatro, cinema e música e o Projeto "Elevar", uma escola de música clássica instrumental do Maestro Jean Reis. E, uma última novidade ainda está por vir: "o Instituto Humanus está se estruturando para desenvolver ativamente Projetos alicerçados na Renúncia Fiscal, uma legislação governamental, onde o estado abre mão, total ou parcialmente, da arrecadação de tributos (im-
os e taxas) para estimular setores, regiões
ou promover políticas sociais", garan-
te Rodolfo. Ele afirma que isso irá in-
crementar ainda mais os Projetos da
entidade e promover um espaço de
trabalho junto a iniciativa privada; es-
truturando ainda mais nossos processos
clusão social das Pessoas com Deficiência e
rsidade Assistiva.

Rodolfo Sonnewend afirma que as novidades não param por aí, e pede para quem quiser acompanhar tudo o que está acontecendo e o que ainda será realizado em 2026, é só entrar no site: www.institutohumanus.org.br.

Cleusa Mangueira Sonnewend
é professora universitária, psicopedagoga, especialista em TEA - Transtorno do Espectro Autista e Diretora Financeira do Instituto Humanus para Pessoas com Deficiência.
Site: www.institutohumanus.org.br

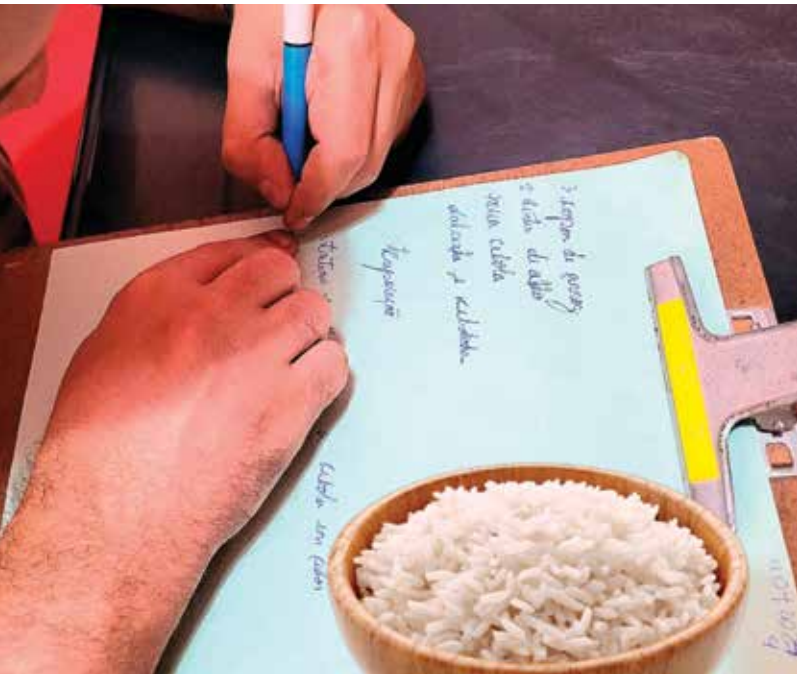
Dra. Maria de Mello vai integrar o CIETEC

É com muita satisfação que comunicamos que a Dra. Maria de Mello, um dos maiores nomes do segmento da pessoa com deficiência e terceira idade no Brasil, foi selecionada para integrar a rede de mentores voluntários do CIETEC. Há quase três décadas, o CIETEC atua na gestão de ambientes de inovação com foco em "deep techs", como a Incubadora de São Paulo e o "AptaHub", além de idealizar e executar projetos nacionais de grande impacto, como o "Programa DNA" e o "InovaClima Brasil". Com toda a sua experiência e know-how, Maria de Mello certamente irá contribuir com essa jornada transformadora, que fortalece o empreendedorismo científico e tecnológico e impulsiona a inovação no Brasil.

Mais informações: www.cietec.org.br

POR Suely Carvalho de Sá Yanez

Se há Vida, existe Brilho



"Reflexões" - histórias comuns do dia a dia... desdobramentos... Passando em frente ao hospital, subi. Fui fazer uma visita e, conversando, percebi que temos muito a aprender, muito a crescer, mesmo na fase adulta. A vida é uma caixinha de surpresas. Uma doença, um acidente, podem mudar projetos e o trajeto da nossa história. Nem sempre o esperado acontece e, muitas vezes, o inesperado nos ensina a como lidar com as adversidades.

Em contato com alguns pacientes e equipe, sempre observamos várias situações, expectativas diversas ou até mesmo nenhuma expectativa. Ouvimos o relato de algumas pessoas e nos deparamos com a dicotomia entre valores de vida. Viver "um dia de cada vez" é um exercício contínuo, pois focar no presente é um desafio. A ansiedade, muitas vezes nos 'atropela', e passamos o dia sem vivermos plenamente. Mesmo com o 'amanhã' incerto, para muitas pessoas, existe fôlego de vida, o brilho do hoje, que nem sempre aproveitamos. Enquanto há vida, existe brilho. Existe a oportunidade, a chance de fazermos algo incrível, de sermos felizes, de vivermos intensamente, de produzirmos, de simplesmente vivermos !

Enquanto respiramos, existe uma luz dentro de nós, em cada pessoa, e ela tem brilho. Pode ser expressa por um talento, um sonho, um objetivo. Não precisa ser algo grandioso. Pode ser um sorriso, um abraço, um momento de paz. E isso brilha, não só na própria vida, mas na vida de outras pessoas também. Então, enquanto há vida, existe luz, há brilho... seja em casa, na rua, no trabalho, na escola, na reabilitação ou mesmo em um hospital.

A perda da visão, por exemplo, não é impedimento para viver e brilhar. Muitas pessoas cegas ou com deficiência visual são prova disso. A capacidade de interpretar o mundo de uma forma peculiar, de sentir, de criar, de amar, promove realizações e diferentes estilos de vida. Nas conversas, pensamos em pessoas como Stevie Wonder que, mesmo cego, brilha com sua música e talento. Ou como Helen Keller, que aprendeu a ver o mundo por meio do toque, além de tantos outros exemplos de pessoas que atendemos e de outros anônimos a quem nem conhecemos.

O que faz alguém brilhar, mesmo quando enfrenta desafios?

A visão, a audição, a mobilidade ou qualquer outra característica física são valiosas, mas muitas vezes as pessoas não são valorizadas nem reconhecidas em sua essência, personalidade, experiências e contribuições. Essas pessoas são mães, pais, filhos, artistas, cientistas, amigos e muito mais. Algumas buscam espaços, outras se entregam e desanimam.

"A Sociedade do Descarte" - Vivemos em uma sociedade em que, em muitos lugares e pensamentos, as pessoas são consideradas descartáveis.

Em uma sociedade em que o valor da produtividade e da eficiência está acima do valor do ser humano, as pessoas com alguma doença, limitação ou deficiência, muitas vezes, são vistas como um fardo, um obstáculo. São consideradas "incapazes" ou "inúteis" porque não se encaixam nos padrões de "normalidade" estabelecidos. Então, tornam-se descartáveis. Poucos são os investimentos nelas, já que "não dão retorno" imediato. Se existem motivos, precisam ser avaliados. Não abordo nenhum caso específico - são casos comuns que acontecem com frequência. É como se fossem invisíveis, como se suas vidas não tivessem utilidade ou valor.

Essa é uma realidade em muitos aspectos. No entanto, a verdade é que as pessoas com alguma limitação, seja qual for, são capazes de contribuir de maneira significativa para a sociedade. Elas têm habilidades, talentos e perspectivas únicas que enriquecem nossas vidas. Ainda assim, grande parte da sociedade continua a descarta-las, relegando-as a um papel secundário.

Perceber que pessoas valiosas se sentem apagadas e desvalorizadas, causa indignação. Será que nos colocamos no lugar delas ? Será que são totalmente improdutivas ? Mas apenas perceber não resolve.

Como podemos transformar isso?

Mudar essa mentalidade e reconhecer o valor e a dignidade de cada ser humano, independentemente de suas habilidades ou limitações, é um processo que precisa ser considerado e trabalhado de geração em geração. O tema é amplo.

E o "capacitismo"... sim, ele é um problema real e presente no dia a dia, em vários serviços de saúde, no trabalho, na educação e na sociedade. É a discriminação ou preconceito contra pessoas com alguma limitação, baseados na crença de que elas são menos capazes ou menos valiosas do que as pessoas sem deficiência. Isso se manifesta de muitas maneiras, desde a falta de acessibilidade em espaços públicos, até a exclusão do mercado de trabalho e da vida social.

Nesse contexto, pessoas com deficiência são frequentemente vistas como "inspiradoras" ou "corajosas", simplesmente por realizarem tarefas cotidianas, como se isso fosse algo extraordinário. Mas, na verdade, são pessoas comuns que realizam atividades comuns.

Essa situação também pode ser sutil, como quando se falam em "ajudar" ou "proteger" as pessoas com alguma limitação, em vez de tratá-las com autonomia e respeito. Acontece, por exemplo, na condução inadequada de pessoas com deficiência visual (quase as "carregam" ou empurram), até mesmo por profissionais de saúde em clínicas e hospitais renomados. É importante que sejam orientados e conscientizados sobre essa questão.

O que podemos aprender sobre tudo isso é que somos seres humanos: somos semelhantes e ao mesmo tempo diferentes uns dos outros. Extrapolando as experiências nos serviços de saúde, um tema a ser estudado e praticado é sobre a "equidade". A "equidade" nos desafia a ajudar o outro no que ele precisa e a sermos ajudados no que precisamos. É nessa roda da vida, que gira e nos transforma, que podemos construir um mundo melhor, em Amor.

Dessa forma, em todo o tempo, todos nós podemos escrever ou reescrever a nossa história. Podemos escrever sonhos, experiências, traçar objetivos, propósitos, produções ou até mesmo repartir uma receita de arroz. Em meio a tudo isso, voltamos ao valor atribuído às pessoas com alguma limitação. Pensamos no quanto são valiosas, como todo ser humano é. Pensamos que não devem ser descartáveis, pois têm valor. Todos são preciosos e cada minuto de vida reflete um brilho que existe para brilhar.

Enquanto há vida, há Brilho, há Chance... e Vida !

Suely Carvalho de Sá Yanez
é Terapeuta Ocupacional especializada em Orientação e Mobilidade para pessoas com deficiência visual e atua na área de reabilitação e Consultoria especializada.
E-mail: suelydesa@hotmail.com

POR Guto Maia

A IA desmascara preguiçosos e ludibria ingênuos: é o imprescindível paradigma da ciência, fruto da genialidade humana

No século XXI, enquanto alguns ainda discutem se a Terra é plana e se vacina "dá alguma coisa", a neurotecnologia já está decodificando padrões cerebrais, traduzindo impulsos elétricos em linguagem, gesto, decisão e criação. Sim, é constrangedor para parte da humanidade. Sim, é libertador para outra parte - justamente a que sempre foi empurrada para a borda do sistema.

A Inteligência Artificial (IA) não veio para substituir o humano. Veio para expô-lo: expor o brilhantismo e a preguiça, a ética e o oportunismo. A genialidade e o improviso vazio com verniz acadêmico. A IA é o espelho que não aceita filtros.

O mito da inadequação

Durante séculos, pessoas raras - neurodivergentes, superdotadas, com deficiência, excêntricas, sensíveis demais, intensas demais, lentas de-

POR Guto Maia

EXPEDIÇÃO EUROPA 26 Neurotecnologia a Bordo

1 - Propósito da expedição:

a Expedição Europa nasce como um deslocamento físico, intelectual e ético. Não se trata de turismo acadêmico nem de importação acrítica de modelos europeus de saúde mental. Trata-se de confronto. Confronto entre:

- ciência e conveniência institucional,
- cuidado genuíno e medicalização apressada,
- diversidade cognitiva e normatização social,
- neurociência viva e burocracia diagnóstica.

2 - Saúde mental como questão de poder:

na lógica tradicional, saúde mental é tratada como:

- ajuste comportamental,
- silenciamento do sofrimento,
- adaptação forçada à produtividade.

A "Neurociência Social", eixo central da Expedição Europa, rompe com essa lógica ao afirmar que, o sofrimento psíquico é, antes de tudo, um fenômeno relacional, político e cultural - e só depois neurobiológico.

A IA, integrada à neurotecnologia, escancara essa verdade.

Ela evidencia que muitos "transtornos" são, na realidade:

- respostas inteligentes a ambientes adoecidos,
- reações legítimas à exclusão cognitiva,
- formas raras de existir em sistemas estreitos.

3 - O fim da inadequação como diagnóstico moral:

a Expedição Europa rejeita o diagnóstico como rótulo social. Defende o diagnóstico como "ferramenta provisória", jamais como sentença existencial. A neurotecnologia permite:

- leitura funcional do cérebro em contexto,
- diferenciação entre déficit real e violência institucional,
- reconhecimento científico da diversidade neurocognitiva.

Nesse cenário, a IA:

- desmonta o mito da incapacidade,
- denuncia a preguiça intelectual travestida de autoridade,
- expõe o uso político do diagnóstico para controle social.

4 - A ia como crivo ético (e não como oráculo):

um princípio inegociável da Expedição Europa é que a IA não substitui o humano - ela testa o humano. Testa:

- quem pensa e quem repete,
- quem estuda e quem improvisa,
- quem cuida e quem explora.

Por isso, ela é desconfortável. Por isso, é atacada. Por isso, é indispensável. Na saúde mental, a IA revela:

- práticas obsoletas,
- discursos vazios,
- protocolos desatualizados,
- exclusões mascaradas de "normalidade".

5 - Pessoas raras no centro, não na margem:

a Expedição Europa é explicitamente orientada às "pessoas raras e vulneráveis":

- neurodivergentes,
- superdotados,
- pessoas com deficiência,
- sujeitos intensos, sensíveis, não domesticáveis.

A neurotecnologia não "inclui" essas pessoas. Ela prova que sempre estiveram à frente. A IA não as corrige. Ela as "valida cientificamente". E isso muda tudo:

- políticas públicas,
- práticas clínicas,
- modelos educacionais,
- relações de trabalho,
- noções de produtividade e valor humano.

6 - O humor ácido como método:

a Expedição Europa adota o humor ácido não como deboche, mas como "ferramenta epistemológica". Rir é um ato de lucidez em sistemas que exigem obediência silenciosa. A IA ensina algo simples e cruel:

pensar dá trabalho. Cuidar exige presença. Ética não é discurso - é custo. Quem teme a IA, muitas vezes teme o espelho.

7 - Conclusão - o futuro é raro: a Expedição Europa não busca consenso. Busca clareza. O novo paradigma da ciência não será confortável, nem rápido, nem simpático. Será:

- criterioso,
- interdisciplinar,
- eticamente implicado,
- radicalmente humano.

A neurotecnologia e a IA não anunciam o fim da humanidade. Anunciam o fim da mediocridade legitimada. O futuro da saúde mental pertence, não aos adequados,

mas aos raros. E a Expedição Europa está em marcha para encontrá-los, ouvi-los e colocá-los no centro da ciência.

* Organizadores: Guto Maia e Pedro Rosengarten Baptista (pessoa autista).

Foto: Freepik

mais para o ritmo industrial ou rápidas demais para a escola tradicional -foram classificadas como "problema": problema de adaptação, problema de comportamento, problema de aprendizagem, problema de existência.

A neurotecnologia implode essa narrativa. Ela demonstra, com dados, imagens, padrões e estatística dura, que "o problema nunca foi o cérebro", mas o modelo social que exige obediência cognitiva, linearidade emocional e produtividade desalmada. A IA não romantiza a diferença. Ela a comprova.

O futuro não é limpo. É honesto.

O discurso higienizado sobre tecnologia costuma vir acompanhado de promessas vazias: "democratização", "acesso", "inclusão". Mentira elegante.

A IA também "ludibria os ingênuos" - aqueles que acreditam que basta apertar um botão para produzir pensamento, arte ou ciência. Não basta. Ela exige método. Exige leitura. Exige repertório. Exige ética.

Por isso, "desmascara os preguiçosos": os que terceirizam o pensamento, repetem slogans e chamam isso de opinião; os que confundem cargo com competência e poder com inteligência. A IA não cria genialidade. Ela "amplifica" a que já existe.

Neurotecnologia: um ato político

Quando um indivíduo com paralisia se comunica por interface neural, quando uma criança autista encontra mediação cognitiva personalizada, quando uma pessoa superdotada finalmente não precisa se entediar para sobreviver socialmente, quando a dor invisível ganha marcador objetivo. Isso não é só ciência. É política. É justiça cognitiva. É reparação histórica.

A neurotecnologia devolve "centralidade existencial" a quem sempre foi tratado como estatística inconveniente.

O humor ácido do futuro

É irônico - quase poético - que justamente as máquinas estejam ensinando aos humanos algo básico: pensar dá trabalho. Sentir exige coragem. Cuidar é uma escolha ética, não um discurso.

Enquanto alguns temem que a IA "roube empregos", outros finalmente conseguem "existir com dignidade" graças a ela. Enquanto uns gritam "desumanização", outros, pela primeira vez, são reconhecidos como humanos. O futuro não será confortável. Será "criterioso".

O paradigma inegociável

A neurotecnologia, aliada à IA, é o próximo grande salto da ciência porque nasce daquilo que temos de mais raro: a capacidade humana de "olhar para si mesma sem anestesia".

Não é neutra. Não é inocente. Não é salvadora. Mas é imprescindível. E, quando orientada por "honestidade intelectual, ética afetiva" e compromisso com os vulneráveis, ela não apenas descreve o cérebro - ela "reorganiza o sentido de humanidade".

O futuro não pertence aos adequados. Pertence aos que sempre pareceram excessivos, estranhos, intensos, raros. A IA só confirmou o que eles sempre souberam.

Guto Maia
é neuroeducador cognitivo, cientista social e neuropsicopedagogo clínico. Dedica-se à escuta das singularidades humanas, à defesa ética das neurodiversidades e à construção de caminhos que respeitem a subjetividade e a dignidade da pessoa com deficiência.
E-mail: maiagutomaia@gmail.com

POR Maria de Mello

O Brasil Abraça o Cuidado: uma Nova Era de Direitos e Apoio para Pessoas com Deficiência, Idosos e Seus Cuidadores

O cenário do cuidado no Brasil está passando por uma transformação histórica, e a boa notícia é que isso significa mais direitos, mais apoio e mais dignidade para milhões de pessoas. Uma série de normativas recentes – a Lei Nº 15.069/2024, o Decreto Nº 12.562/2025 e a Portaria Conjunta nº 35/2025 – está delineando a Política Nacional de Cuidados (PNC) e, com ela, a promessa de um futuro mais inclusivo e solidário.

Para você, que é pessoa idosa, pessoa com deficiência ou dedica sua vida ao cuidado de alguém, essa é uma mudança que merece toda a sua atenção. Prepare-se para conhecer os pilares dessa nova era !

O Que é o Direito ao Cuidado ? Uma Conquista Inédita !

A Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024, é o marco inicial. Ela institui a Política Nacional de Cuidados, reconhecendo-o não apenas como uma necessidade, mas como um direito fundamental. No seu Art. 1º, ela crava: "Fica instituída a Política Nacional de Cuidados, destinada a garantir o direito ao cuidado, por meio da promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres pela provisão de cuidados, consideradas as múltiplas desigualdades." E detalha, no §2º, que este direito compreende: "o direito a ser cuidado, a cuidar e ao autocuidado".

Isso significa que o cuidado transcende a esfera individual e familiar. Não é mais uma responsabilidade isolada, mas um dever compartilhado entre o Estado (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), as famílias, o setor privado e a sociedade civil. É um reconhecimento profundo de que cuidar e ser cuidado são partes essenciais da vida humana e que a sociedade como um todo deve apoiar essa jornada.

O Decreto Nº 12.562, de 23 de julho de 2025, por sua vez, regulamenta a lei, detalhando como o Plano Nacional de Cuidados vai funcionar. Ele estabelece como finalidade do Plano "garantir o direito ao cuidado, por meio de políticas públicas que fomentem a corresponsabilização social e entre homens e mulheres no que se refere à provisão de cuidados" (Art. 2º). Ou seja, a intenção é quebrar a ideia de que cuidar é "coisa de mulher" ou tarefa exclusiva da família, distribuindo essa responsabilidade de forma mais justa.

Quem são os Grandes Beneficiados ?

A Política Nacional de Cuidados tem um foco claro e prioritário, garantindo que o apoio chegue a quem mais precisa. O Art. 7º do Decreto Nº 12.562/2025 é bastante específico ao listar os públicos prioritários:

- Crianças e adolescentes, com atenção especial à primeira infância.
- Pessoas idosas que necessitem de cuidado e apoio para as atividades básicas e instrumentais da vida diária.
- Pessoas com deficiência que necessitem de cuidado e apoio para as atividades básicas e instrumentais da vida diária.
- Trabalhadoras e trabalhadores do cuidado remunerados, em trabalho doméstico ou não.
- Trabalhadoras e trabalhadores remunerados que acumulem responsabilidades familiares de cuidado.
- Trabalhadoras e trabalhadores não remunerados do cuidado.

Essa abrangência garante que tanto quem recebe o cuidado quanto quem o oferece seja amparado pela política, reconhecendo a interdependência entre essas duas pontas. Além disso, o parágrafo primeiro do mesmo artigo reforça que a implementação, monitoramento e avaliação do Plano considerarão a perspectiva da interseccionalidade, compreendendo a intersecção de diversas dimensões de desigualdades como classe, sexo, raça, etnia, idade, território e deficiência. Isso assegura que as especificidades de cada grupo sejam devidamente consideradas.

Os Pilares do Cuidado: Princípios que nos Guiam

Os princípios da PNC são a espinha dorsal de toda a iniciativa, refletindo um compromisso profundo com os direitos humanos e a equidade. Tanto a Lei Nº 15.069/2024 (Art. 6º) quanto o Decreto Nº 12.562/2025 (Art. 4º) os elencam de forma similar, mas vale a pena destacá-los:

- Respeito à dignidade e aos direitos humanos de quem recebe cuidado e de quem cuida.
- Universalismo progressivo e sensível às diferenças, ou seja, o direito ao cuidado será garantido de forma gradual, mas sempre considerando as desigualdades estruturais.
- Equidade e não discriminação, promovendo um tratamento justo e sem preconceitos.
- Promoção da autonomia e da independência das pessoas.
- Corresponsabilidade social e entre homens e mulheres.
- Antirracismo, anticapacitismo e anti-idadismo, combatendo todas as formas de preconceito e discriminação baseadas em raça, deficiência ou idade.
- Interdependência entre as pessoas e entre quem cuida e quem é cuidado.
- Direito à convivência familiar e comunitária.
- Parentalidade positiva.
- Valorização e respeito à vida, à cidadania, às habilidades e aos interesses das pessoas.
- Promoção do cuidado responsivo.

Esses princípios não são apenas palavras bonitas; eles são a base para a construção de um sistema de cuidado que realmente respeite e empodere a todos, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

Da Lei à Realidade: ações concretas que farão a Diferença !

A Portaria Conjunta Nº 35, de 11 de dezembro de 2025, é o documento que realmente traduz a Política Nacional de Cuidados em ações palpáveis. Ela detalha um ambicioso conjunto de 79 ações distribuídas em 5 eixos e 17 estratégias, que serão implementadas entre 2025 e 2027. Vamos conhecer algumas delas e o que significam para você:

- EIXO 1: Garantia de Direitos e Promoção de Políticas para quem necessita de cuidados e para quem cuida de forma não remunerada. Este eixo foca em aprimorar o marco normativo e a oferta de serviços, garantindo a integralidade do cuidado e a atuação articulada de diversas políticas públicas (D12562, Art. 5º, inciso I e IV).

- **Legislação Atualizada:** estão previstas ações para sensibilizar para a ratificação de convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) importantes, como a 156 (sobre trabalhadores com responsabilidades familiares) e a 190 (sobre violência e assédio no mundo do trabalho), e a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos da OEA. Além disso, normas legislativas vigentes serão revisadas e adequadas à PNC (A001, A002, A003). O objetivo é criar um arcabouço legal que proteja e promova os direitos dos cuidadores e das pessoas cuidadas.
- **Saúde e Assistência Social Integradas:** será criado um Protocolo Integrado do SUS e SUAS para o cuidado integral e intersetorial de pessoas idosas e com deficiência em domicílio, em Centros-Dia e em Instituições de Longa Permanência (ILPIs). Isso significa um atendimento mais coordenado e eficiente, com a ampliação de vagas e a qualificação de equipes, inclusive as de Atenção Primária à Saúde (A005, A006, A007, A008). A A005, por exemplo, busca atender até 87 mil pessoas idosas e suas cuidadoras/cuidadores familiares em domicílio, em 100 municípios, até 2027.
- **Acolhimento Qualificado:** normativas serão atualizadas para ampliar a idade limite de permanência em Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para 24 anos e sem limite para pessoas com deficiência, além da oferta de novas vagas em residências inclusivas e acolhimento para crianças e adolescentes com deficiência (A009). A A009 também prevê a implantação de uma nova modalidade de acolhimento institucional para mães e filhos, com 1.410 vagas em 47 unidades até 2027.
- **Saúde para a Primeira Infância:** profissionais de saúde serão capacitados na abordagem “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança”, e serão elaborados protocolos integrados de SUS e SUAS para o acompanhamento de gestantes e crianças na primeira infância (A010). A A010 busca capacitar 20 mil profissionais e elaborar protocolos para o acompanhamento integrado.
- **Novos Serviços de Cuidado e Apoio:** serão implementadas “Cuidotecas”, espaços de cuidado para crianças com e sem deficiência, sob responsabilidade de quem estuda ou trabalha em horários que excedam a jornada escolar (A041). Também será criado um Cadastro de Cuidadores/as para dar visibilidade e acesso a direitos, com o lançamento de uma campanha de sensibilização (A017).

POR Maria de Mello

• **Tecnologia e Acessibilidade:** serão desenvolvidos dispositivos vestíveis de emergência (como pulseiras e colares) que identificam automaticamente quedas ou imobilidade, e serão implantados Centros Regionais de Acesso e Pesquisa em Tecnologia Assistiva (CAPTAs) (A023, A024). A A023 prevê o desenvolvimento da tecnologia até 2026, e a A024 a criação de 5 CAPTAs, um por região, até 2027.

• **Infraestrutura de Apoio:** teremos apoio à estruturação de Quintais Produtivos de Mulheres Rurais (15 mil até 2027), ampliação de Cozinhas Solidárias (400 apoiadas anualmente), implementação de Lavanderias Públicas e Comunitárias (22 implementadas até 2027) para redistribuir o trabalho doméstico, e Pontos de Apoio para população em situação de rua com serviços essenciais (40 implantados até 2026) (A032, A033, A035).

• **Educação Inclusiva:** a política promoverá a ampliação do número de escolas e matrículas em tempo integral (3,2 milhões de novas matrículas até 2026), com prioridade para grupos vulneráveis, e fomentará a instalação de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas para alunos com deficiência (76 mil escolas com salas instaladas até 2026) (A036, A037, A038).

EIXO 2: Compatibilização entre o trabalho remunerado, a educação e as necessidades familiares de cuidados. Este eixo busca conciliar a vida profissional e acadêmica com as responsabilidades de cuidado, promovendo políticas que incentivam a corresponsabilização.

• **Apoio em Universidades:** será incentivada a criação de Salas de Acolhimento para filhos/filhas de discentes e garantida a manutenção de bolsas durante licenças maternidade/paternidade para bolsistas em instituições de ensino superior (A041, A042). Haverá também a criação de Afrotecas para crianças cujas mães estudam ou trabalham no campus, com foco em mães negras, indígenas e quilombolas (6 implementadas até 2026) (A041).

• **Setor Privado e Corresponsabilidade:** serão realizados estudos para que empresas (públicas e privadas) adotem políticas que incentivem a corresponsabilização pelos cuidados, evitando a penalização de trabalhadoras com responsabilidades familiares (A043). O Programa Empresa Cidadã será fortalecido para identificar e promover boas práticas (A044), com duas edições de prêmio para empresas com as melhores práticas de cuidados na indústria até 2026.

• **Novas Licenças para Cuidar:** um grupo de trabalho discutirá licenças adicionais para cuidar de pessoas dependentes, além das atuais licenças maternidade e paternidade. Haverá regulamentação de licença de cuidado para casais homoafetivos no serviço público e equiparação da licença adotante à licença maternidade (A046, A047). Serão também implementadas ações de sensibilização para ampliação da Licença Paternidade (A048).

EIXO 3: Trabalho decente para trabalhadoras domésticas e do cuidado remunerado. Um olhar atento para a valorização e a proteção de quem trabalha cuidando, com foco na garantia de direitos trabalhistas e proteção social.

• **Direitos Trabalhistas:** a PNC monitorará a implementação da Convenção 189 da OIT (sobre trabalho doméstico decente) e ampliará a fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas no setor. Auditores-fiscais do trabalho serão capacitados para garantir o trabalho decente e combater a precarização (A049, A050). A A050 prevê a criação de projetos de fiscalização do trabalho doméstico e de cuidados em todas as 27 regionais, com aumento de 5% ao ano nas ações fiscais.

• **Formação e Qualificação:** serão oferecidas Trilhas Formativas em Cuidados (online), cursos de formação profissional para trabalhadoras domésticas e programas de qualificação social e profissional como o "Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e de Cuidado" (900 vagas até 2026) e o "Manuel Querino" (1000 trabalhadoras domésticas qualificadas até 2025) (A053).

• **Combate ao Trabalho Ilegal:** ações fiscais serão reforçadas para o combate ao trabalho infantil de cuidados, especialmente o doméstico (100 ações fiscais até 2027). Haverá também a ampliação do suporte financeiro aos trabalhadores resgatados de condições análogas à escravidão (incluindo o doméstico), estendendo o seguro-desemprego de 3 para 6 parcelas (A056, A059).

EIXO 4: Reconhecimento e valorização do trabalho de cuidado em suas múltiplas expressões e transformação cultural rumo a uma organização social dos cuidados mais justa. Este eixo busca mudar atitudes e valorizar saberes tradicionais, promovendo a corresponsabilização social e de gênero.

• **Engajamento Masculino:** iniciativas como o curso EAD "Pai-presente: Cuidado e Compromisso" (15 mil trabalhadores formados até 2027) e campanhas de comunicação promoverão o envolvimento dos homens no trabalho de cuidados, combatendo a divisão sexual do trabalho (A060).

• **Valorização de Saberes Tradicionais:** a política buscará reconhecer e fortalecer especialistas das medicinas indígenas (como parteiras) e valorizar o protagonismo de quilombolas e povos e comunidades tradicionais na construção de práticas de cuidado e saúde. Campanhas de conscientização sobre a cultura do cuidado serão realizadas, combatendo idadismo e capacitismo (A063, A064, A065).

EIXO 5: Governança e gestão do Plano Nacional de Cuidados. Este eixo garante que a política seja bem planejada, implementada e avaliada, através da formação, monitoramento e desenvolvimento de estudos.

• **Formação Contínua:** haverá programas de formação para servidores públicos, prestadores de serviços de cuidado e membros da sociedade civil sobre o tema dos cuidados, incluindo cursos em diversas plataformas e a inclusão da PNC em planos de formação de conselheiros (A066, A067, A068). A A066 prevê 3 cursos na Escola Virtual.Gov e aulas em MBAs de Gestão Pública e Políticas Sociais.

Foto: Freep¡k

• **Monitoramento Transparente:** instrumentos de monitoramento e avaliação serão criados, incluindo painéis de monitoramento com dados desagregados por raça/cor, e um Beneficiômetro da Seguridade Social será atualizado com indicadores da PNC (A069).

• **Observatório dos Cuidados:** será criado um Observatório dos Cuidados, com painel de indicadores, núcleo de inovação, site, metodologia de monitoramento participativo e até prêmio para pesquisas, para mapear e valorizar as iniciativas de cuidado em todo o país (A070, A071).

• **Dados e Pesquisas:** serão realizados aprimoramentos nos registros administrativos (como o Cadastro Único), pesquisas sobre o uso do tempo e valoração econômica do trabalho de cuidado não remunerado, e estudos focados nas necessidades de pessoas com deficiência, idosos, mulheres cuidadoras e povos indígenas (A074, A075, A076, A077, A078).

Os Desafios no Caminho da Implementação: Um Olhar Realista.

Apesar do otimismo que a PNC inspira, é fundamental reconhecer que sua implementação não será isenta de desafios. Políticas públicas de tamanha amplitude demandam um esforço contínuo e a superação de obstáculos que incluem:

1. Financiamento Adequado e Sustentável: embora a Lei preveja diversas fontes de custeio (L15069, Art. 13 e D12562, Art. 18), garantir dotações orçamentárias suficientes e a adesão dos entes federativos (Estados e Municípios) é crucial. A colaboração da União com Estados, Distrito Federal e Municípios, e o apoio financeiro previsto no Art. 16, inciso IX, do Decreto Nº 12.562, serão testados na prática.

2. Coordenação Intersetorial e Interfederativa: a PNC é transversal e intersetorial, envolvendo diversos ministérios e níveis de governo. Manter essa articulação constante e eficaz é um desafio complexo, que exigirá superação de burocracias e alinhamento de agendas. O sucesso dependerá do funcionamento efetivo dos comitês Estratégico e Gestor.

3. Capacitação e Formação de Profissionais: a expansão e qualificação dos serviços demandarão um número maior de profissionais capacitados em diversas áreas. Os programas de formação previstos são um bom começo, mas a escala do país exigirá um investimento massivo e contínuo.

4. Quebra de Paradigmas Culturais: o maior desafio pode ser a mudança cultural. A ideia de que o cuidado é "responsabilidade feminina" ou "familiar" está profundamente enraizada. Superar o idadismo, o capacitismo e promover a corresponsabilização entre homens e mulheres exigirá campanhas persistentes, educação e tempo.

5. Dados e Monitoramento Contínuo: apesar da previsão de aprimoramento de dados e da criação do Observatório dos Cuidados, coletar, organizar e analisar informações de forma desagregada e interseccional para garantir que a política atinja quem mais precisa será uma tarefa hercúlea.

6. Adesão Voluntária dos Entes Federativos: a participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá por meio de adesão voluntária (D12562, Art. 17). Convencer e apoiar esses entes a aderir e implementar planos locais será vital para a capilaridade da política.

Sua Colaboração é o Motor da Mudança: Como a Sociedade Pode Participar

A efetivação da Política Nacional de Cuidados depende não só do governo, mas da participação ativa e engajada de todos. A lei e o decreto preveem mecanismos de controle social e participação, e é fundamental que a sociedade os utilize.

1. Conheça Seus Direitos e as Ações: comece por se informar! Leia sobre a Política Nacional de Cuidados e as ações previstas na Portaria Conjunta nº 35/2025. Saber o que está sendo proposto é o primeiro passo para cobrar e participar.

2. Participe de Conselhos e Fóruns: a PNC prevê a participação da sociedade civil em instâncias de governança, como o Comitê Estratégico. Além disso, os conselhos de direitos (de pessoas idosas, com deficiência, crianças e adolescentes) são canais oficiais para influenciar as políticas. Busque os conselhos em sua cidade, estado e a nível federal.

3. Apoie e Engaje Organizações da Sociedade Civil: junte-se a organizações que já atuam na defesa dos direitos das pessoas idosas, com deficiência e seus cuidadores. Elas são a força motriz para a advocacy e a implementação de muitas iniciativas.

4. Cobre Seus Representantes: entre em contato com seus vereadores, deputados estaduais e federais, e senadores. Pergunte sobre a implementação da PNC em sua região e cobre apoio para as iniciativas.

5. Denuncie Desrespeitos e Violações: se presenciar qualquer violação de direitos ou falta de acesso aos serviços previstos, denuncie aos órgãos competentes (Ministério Público, defensorias públicas, ouvidorias).

6. Promova a Corresponsabilização no Seu Dia a Dia: a mudança cultural começa em casa e na comunidade. Envolva todos os membros da família nas responsabilidades de cuidado, desafie estereótipos de gênero e combata atitudes idadistas e capacitistas.

7. Espalhe a Informação: compartilhe este artigo e outras informações sobre a PNC. Quanto mais pessoas souberem, maior será a pressão social para que a política seja implementada de forma plena e eficaz.

8. Monitore e Avalie: fique atento aos painéis de monitoramento e relatórios que serão disponibilizados pelo Observatório dos Cuidados e outros órgãos. Use esses dados para identificar avanços e lacunas e, se necessário, questionar.

Este é um momento de esperança e oportunidade para construirmos um Brasil onde o cuidado seja, de fato, um direito de todos e todas, e onde cada indivíduo possa viver com a dignidade e o apoio que merece. A participação de cada um de nós é a chave para transformar essa promessa em uma realidade duradoura !

Maria de Mello
é Consultora em Inovação e Longevidade, Defensora dos Direitos das Pessoas com Deficiência e das Pessoas Idosas, Representante da AME na Rede In.
E-mail: dramariademello@gmail.com

Fontes e referências: Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024; Decreto Nº 12.562, de 23 de julho de 2025; Portaria Conjunta MDS/MMulheres/MDHC Nº 35, de 11 de dezembro de 2025.

POR Ana Lúcia de Oliveira

Violência doméstica e familiar contra as mulheres idosas e mulheres com deficiência: desafios e perspectivas no Brasil

A violência doméstica e familiar contra as mulheres idosas e as mulheres com deficiência é um dos fenômenos sociais mais velados e complexos do Brasil. Este artigo realiza uma análise interdisciplinar do tema, abordando conceitos, legislações, dados estatísticos, políticas públicas, dificuldades no enfrentamento da violência contra esses dois segmentos e especificidades ligadas à acessibilidade e subnotificação. Ao final, propõe caminhos para aprimoramento das políticas e garantia de direitos.

A violência doméstica e familiar contra a mulher, embora seja objeto de expressivo combate jurídico e institucional, encontra-se impregnada nos tecidos mais íntimos da sociedade brasileira — especialmente quando recai sobre grupos em situação de maior vulnerabilidade, como a mulher idosa e a mulher com deficiência.

Esses dois segmentos vivenciam, além das violências geralmente relacionadas ao gênero, camadas adicionais de exclusão social, dependência econômica, dificuldades de acesso à justiça, ausência de acessibilidade e invisibilidade estatística, motivo pelo qual o tema exige uma abordagem específica, dialógica e profunda.

Por mais que a Constituição Federal e os tratados ratificados pelo Brasil garantam igualdade material e a proteção especial contra qualquer forma de discriminação e violência, a concretização de tais direitos revela falhas históricas, especialmente quanto à inclusão, notificação e amparo efetivo das vítimas.

É importante destacar a dificuldade em obter dados oficiais específicos sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher idosa e a mulher com deficiência. Em geral, as informações disponíveis para esses públicos são divulgadas pontualmente, em razão de datas comemorativas. Além disso, esses dados, exemplificados por levantamentos, como o Disque 100, abrangem múltiplas formas de violência e não se restringem ao contexto doméstico e familiar.

Ressalta-se que registrar essa lacuna estatística tem relevância essencial para fundamentar a formulação de políticas públicas direcionadas e efetivas.

Fundamentação Histórica e Legal

A violência contra as mulheres idosas e as mulheres com deficiência tem raízes profundas em paradigmas patriarcais e capacitistas, que reforçam a ideia de dependência, incapacidade e invisibilidade social. O idadismo — discriminação baseada na idade — e o capacitismo — preconceito e discriminação em razão da deficiência — somam-se ao sexismo, criando barreiras múltiplas para o exercício da autonomia.

No tocante à proteção legal, o Brasil dispõe de instrumentos fundamentais: a Lei Maria da Penha (Lei N°11.340/2006), cuja aplicação estende-se à mulher idosa e à mulher com deficiência; o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Nº 10.741/2003), define como crime qualquer forma de negligência ou violência contra pessoa a pessoa idosa (BRASIL, 2003) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146/2015), que exige a eliminação de barreiras e a promoção da acessibilidade (BRASIL, 2015).

Internacionalmente, merecem destaque a Convenção de Belém do Pará, a Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas (2015) e as Recomendações Gerais Nº 18 e 27 do Comitê CEDAW/ONU. Tais instrumentos são cruciais, pois individualizam a mulher idosa e a mulher com deficiência, reconhecendo que a neutralidade das leis gerais muitas vezes falha em protegê-las.

Dados e Violências

De acordo com relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, referente ao período de janeiro a junho de 2022, 87% das denúncias de violações contra pessoas idosas ocorreram no próprio domicílio das vítimas. Embora esses dados se refiram à popula-

Foto: Freepik

ção idosa, sem identificar especificamente a proporção de mulheres, os números reforçam a urgência de políticas eficazes.

Dados da ONG Essas Mulheres indicam que as mulheres com deficiência sofrem três vezes mais violências dos que as mulheres sem deficiência, predominantemente física e sexual. O Disque 100 da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou, no primeiro semestre de 2020, 4.866 denúncias de vítimas com deficiência, das quais 44,8% eram mulheres, sendo a maioria dos suspeitos familiares diretos: irmãos, pai ou mãe (MARANHÃO, 2022).

A esse cenário, soma-se a complexidade das relações de cuidado. Para a mulher idosa e para a mulher com deficiência, o agressor frequentemente ocupa o papel de cuidador principal, o que transforma o domicílio no local de maior risco. Essa dependência física ou financeira cria uma barreira invisível para a denúncia: o medo de perder o amparo essencial para a sobrevivência básica.

Portanto, a violência aqui descrita não se esgota no ato agressivo em si, mas se prolonga na negligência dos registros oficiais, que silenciam as necessidades individuais da mulher idosa e da mulher com deficiência perante o Estado (IPEA, 2020).

Políticas públicas: avanços, lacunas e desafios práticos

O poder público reconhece a urgência de políticas direcionadas, contudo, enfrenta obstáculos na execução das normas e na ausência de programas intersetoriais efetivos.

Ao transporem as barreiras do silêncio, essas mulheres frequentemente enfrentam processos de revitimização, nos quais seus depoimentos são desqualificados sob o estigma do 'fantasioso' ou do 'irreal'. Essa deslegitimação reflete uma cultura institucional que tende a normalizar abusos, tratando episódios graves como meros conflitos domésticos. Tal cenário reforça a impunidade e perpetua um ciclo de silenciamento forçado, obstaculizando o acesso efetivo à justiça e à proteção estatal prevista nos marcos legais vigentes.

A denúncia pela mulher idosa e pela mulher com deficiência esbarra, invariavelmente, em vieses capacitistas e etaristas que comprometem a credibilidade de seus relatos. Em muitas ocasiões, a palavra da vítima é reduzida a fruto de confusão mental ou imaginação, sendo negligenciada pelos agentes de proteção. Como consequência, a invisibilidade estatística é alimentada por uma barreira subjetiva: o descrédito daqueles que deveriam garantir o acolhimento.

No plano da assistência, a estruturação da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher constitui um avanço relevante, mas sua capilaridade permanece insuficiente. A ausência desses serviços em diversos municípios e a falta de adaptação arquitetônica e comunicacional aprofundam a exclusão.

A maioria das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher não conta com estrutura de acessibilidade arquitetônica e comunicacional, dificultando o acesso da mulher idosa e da mulher com deficiência. Muitas vítimas sequer conseguem se deslocar ou relatar sua situação pelo Disque 100 sem apoio de familiares que, em diversas ocasiões, são os próprios agressores.

No campo do cuidado e da proteção social, há lacunas críticas. A escassez de abrigamentos transitórios com acessibilidade plena e equipes especializadas em gerontologia e deficiência, somada à baixa integração entre os serviços de saúde, assistência social e segurança pública, perpetua um ciclo de revitimização. Quando as instâncias de cuidado falham em oferecer uma resposta articulada, a vulnerabilidade é acentuada, transformando o acolhimento em uma extensão da omissão estatal.

A ausência de notificação compulsória de casos para esse público compromete o planejamento das ações estatais e a formulação de políticas baseadas em evidências. Na prática, a subnotificação decorre também da ausência de canais de denúncia alternativos — por exemplo, aplicativos acessíveis, atendimento domiciliar, espaços em hospitais, Unidades Básicas de Saúde e Centros de Referência mais preparados (BRASIL, 2021).

Considerações Finais e Propostas

O enfrentamento à violência doméstica contra a mulher idosa e a mulher com deficiência exige uma ruptura com a cultura da invisibilidade e do descrédito institucional. Observou-se que marcos legais robustos não garantem, por si sós, a proteção efetiva. A barreira mais rígida reside na naturalização dos abusos e no ceticismo que desqualifica o relato das vítimas. Para que o Estado brasileiro transponha a omissão, propõem-se:

1 - Protocolos de Escuta Especializada: Implementação obrigatória de protocolos que combatam a revitimização e garantam valor probatório imediato aos relatos.

2 - Capilaridade e Acessibilidade: Expansão da Rede de Enfrentamento para além das capitais, assegurando que todos os centros de atendimento possuam acessibilidade arquitetônica e comunicacional.

3 - Intersetorialidade: Integração real entre saúde, assistência social e segurança pública com equipes treinadas.

4 - Monitoramento de Dados: Maior rigor na inclusão de marcadores de deficiência e idade nas notificações compulsórias, permitindo que a "invisibilidade estatística" deixe de ser um obstáculo ao planejamento de políticas públicas.

Em suma, a proteção jurídica deve ser acompanhada de uma educação institucional sensível às interseccionalidades. Somente ao validar a voz daquelas que historicamente foram silenciadas pelo cuidado compulsório ou pela dependência, o Brasil poderá cumprir seu papel de garantidor dos direitos humanos fundamentais.

Ana Lúcia de Oliveira
é advogada; especialista em direito criminal e direitos da pessoa com deficiência; palestrante; Conselheira da OAB/Contagem; Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Contagem/MG, representando a OAB/Contagem. Ex-assessora jurídica dos Conselhos Municipal de Políticas Públicas da Cidade de Contagem/MG. Ex-diretora da Diretoria de Políticas para as Pessoas com Deficiência da Sedese do Estado de Minas Gerais. Ex-Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Minas Gerais. Ex-Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da OAB/MG.
E-mail: analuciadireito@gmail.com

POR Sérgio Taldo

Inovação e Longevidade: estratégias para o Público 50+/60+

Este artigo aprofunda-se nas últimas tendências, informações e estratégias cruciais para trabalhar, entender e servir eficazmente as pessoas com mais de 50 e 60 anos. Inspirado pelos insights revolucionários de Susan Wilner Golden, da Harvard Business University, e sua abordagem "Stage (Not Age)", que prioriza os estágios de vida em detrimento da idade cronológica, desvendaremos o imenso potencial da "Economia Prateada". Analisaremos dados atualizados, tendências de mercado e exemplos práticos de sucesso para oferecer um panorama abrangente e prático sobre como inovar e prosperar neste segmento vital da sociedade, que não apenas demanda atenção, mas oferece uma oportunidade sem precedentes para o desenvolvimento econômico e social.

A Nova Longevidade e a Abordagem "Stage (Not Age)"

Tradicionalmente, o envelhecimento tem sido associado a declínio, dependência e uma diminuição da capacidade produtiva. Essa visão, no entanto, é cada vez mais desatualizada e prejudicial, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. A "Nova Longevidade" surge como um paradigma que desafia essas noções preconcebidas, reconhecendo que a vida após os 60 anos é, para muitos, uma fase de renovação, crescimento e contribuição contínua, desmistificando a ideia de que a aposentadoria marca o fim da produtividade ou do engajamento social.

O principal desafio reside na mudança de mentalidade. Empresas, governos e a própria sociedade precisam abandonar a ideia de que a idade cronológica é o fator determinante para a capacidade, o desejo ou o potencial de um indivíduo. A realidade é que as pessoas acima de 60 anos são um grupo incrivelmente diverso, com diferentes níveis de saúde, interesses, habilidades e aspirações. Muitos estão mais ativos, saudáveis e engajados do que as gerações anteriores na mesma faixa etária. Eles buscam novas experiências, aprendizado contínuo, oportunidades de trabalho flexíveis e produtos e serviços que atendam às suas necessidades e desejos específicos, e não apenas às suas limitações.

É aqui que reside a imensa oportunidade. A Susan Wilner Golden, em seu trabalho, enfatiza que o mercado de pessoas com mais de 60 anos representa uma oportunidade de US$ 22 trilhões. Este valor colossal não se refere apenas a produtos e serviços de saúde ou assistência, mas abrange uma vasta gama de setores, incluindo entretenimento, viagens, educação, tecnologia, serviços financeiros, e muito mais. Ignorar esse mercado é perder uma fatia significativa do poder de consumo global. Além do aspecto econômico, há um valor social inestimável em aproveitar a sabedoria, a experiência e o capital humano que essa população oferece. Ao invés de serem vistos como um fardo, os idosos podem ser catalisadores de inovação, mentores, consumidores ávidos e colaboradores valiosos, impulsionando o crescimento econômico e social de maneiras que ainda estamos começando a compreender. A Nova Longevidade é, portanto, um convite para repensar tudo o que sabemos sobre o envelhecimento e abraçar um futuro onde a idade é apenas um número, e o potencial humano é ilimitado.

A pedra angular deste projeto é a filosofia articulada por Susan Wilner Golden em seu influente livro "Stage (Not Age): How to Understand and Serve People Over

Foto: Freepik

60 – The Fastest Growing, Most Dynamic Market in the World". Golden, uma especialista em inovação e empreendedorismo da Harvard Business University, desafia a visão convencional do envelhecimento, que categoriza indivíduos com base unicamente em sua idade cronológica.

Em vez disso, ela propõe uma estrutura mais matizada e precisa: a compreensão das pessoas com mais de 60 anos através de seus estágios de vida, que são moldados por uma complexa interação de fatores como saúde, finanças, relacionamentos, aspirações e experiências pessoais.

A premissa central de "Stage (Not Age)" é que a idade é um indicador falho para entender as necessidades e os comportamentos de consumo da população sênior. Uma pessoa de 65 anos pode estar em um estágio de vida completamente diferente de outra pessoa da mesma idade. Enquanto uma pode estar iniciando uma nova carreira ou empreendimento, outra pode estar focada em cuidar de netos ou em atividades de lazer. Golden argumenta que, para as empresas e organizações servirem eficazmente este mercado, é imperativo que abandonem os estereótipos baseados na idade e adotem uma abordagem que reconheça a diversidade e a fluidez dos estágios de vida.

Golden destaca que a longevidade não é um fenômeno homogêneo. As pessoas estão vivendo mais, mas também estão vivendo de maneiras muito diferentes. Ela identifica que o mercado sênior é o que mais cresce e é o mais dinâmico do mundo, representando uma "oportunidade de US$ 22 trilhões que só pode ser desbloqueada se você repensar tudo o que pensa que sabe sobre pessoas com mais de sessenta anos". Isso implica uma reavaliação profunda das estratégias de marketing, desenvolvimento de produtos e serviços, e até mesmo da cultura organizacional. As empresas que conseguirem se adaptar a essa nova realidade, focando nos estágios de vida em vez da idade, estarão em uma posição privilegiada para capturar uma parcela significativa desse mercado em expansão.

Em suma, a abordagem "Stage (Not Age)" de Susan Wilner Golden nos convida a reconhecer a diversidade da população sênior, focar nos estágios de vida para desenvolver produtos e serviços, desafiar estereótipos sobre o envelhecimento e inovar constantemente para atender às demandas de um mercado em evolução.

Ao internalizar e aplicar esses princípios, busca-se não apenas capitalizar sobre a "economia da longevidade", mas também promover uma sociedade mais inclusiva e equitativa, onde a experiência e o potencial das pessoas acima de 60 anos são plenamente valorizados e aproveitados.

O Poder Econômico da Geração 50+

A geração 50+ emergiu como uma força econômica inegável, desafiando estereótipos e redefinindo o panorama do consumo global. Longe de ser um segmento de baixa relevância econômica, como tradicionalmente percebido, este grupo demográfico é agora um motor significativo do mercado, com um poder aquisitivo substancial e uma disposição crescente para consumir e investir (InfoMoney, 2025).

No Brasil, dados recentes do Censo 2022 revelam que a população idosa alcançou 31,2 milhões de pessoas, representando 14,7% dos brasileiros. Projeções indicam que pessoas acima dos 50 anos devem movimentar R$ 3,8 trilhões do PIB do Brasil em 2044, um testemunho do seu crescente impacto econômico [UOL Economia, 2025]. Atualmente, este grupo já é responsável por mais de 20% do consumo nacional, injetando cerca de R$ 1,6 trilhão anualmente na economia (InfoMoney, 2025).

O Consumidor 50+: Um Perfil em Evolução

O perfil do consumidor 50+ é marcado por protagonismo, autonomia e uma disposição ativa para consumir. Longe de serem passivos, são indivíduos exigentes que valorizam uma vida ativa, consumo consciente, aprendizado contínuo, saúde preventiva e experiências significativas. Eles se adaptam cada vez mais ao ambiente digital, utilizando a tecnologia para manter sua autonomia, conectar-se através de redes sociais e gerenciar saúde, finanças e entretenimento por meio de aplicativos, desmistificando a ideia de que são avessos à tecnologia (InfoMoney, 2025).

No entanto, apesar desse poder e engajamento, o mercado ainda demonstra um despreparo notável. Estudos indicam que 4 em cada 10 brasileiros acima de 55 anos não encontram produtos e serviços adequados às suas necessidades. Há uma desconexão evidente entre a imagem refletida em campanhas publicitárias e as ofertas de produtos e serviços, e o público consumidor real. Setores como vestuário, calçados e acessórios apresentam as maiores lacunas, com 56% dos respondentes afirmando a falta de itens voltados para eles, evidenciando uma falha estratégica das empresas em reconhecer e atender a este nicho (UOL Economia, 2025).

Michelle Queiroz, professora associada da Fundação Dom Cabral (FDC), destaca que a maneira como a indústria brasileira enxerga o consumidor 50+ ainda é "infantilizada", tratando-o como um grupo homogêneo e com necessidades simplificadas. A mudança, segundo ela, começa pelo básico: escutar o público prateado, desenvolver pesquisas de mercado aprofundadas para entender suas necessidades e hábitos, e co-criar soluções que realmente agreguem valor (UOL Economia, 2025).

A Oportunidade de US$ 22 Trilhões

A Susan Wilner Golden, em seu trabalho, enfatiza que o mercado de pessoas com mais de 60 anos representa uma oportunidade global de US$ 22 trilhões. Este valor colossal não se restringe apenas a produtos e serviços de saúde ou assistência, mas abrange uma vasta gama

de setores, incluindo entretenimento, viagens, educação, tecnologia, serviços financeiros, moradia e muito mais. Ignorar esse mercado é perder uma fatia significativa do poder de consumo global e uma chance de impulsionar a inovação e o crescimento econômico e social (Golden, S.W., Stage (Not Age)).

As empresas que conseguirem se adaptar a essa nova realidade, focando nos estágios de vida em vez da idade, estarão em uma posição privilegiada para capturar uma parcela significativa desse mercado em expansão. A economia prateada é, portanto, um convite à inovação, revelando mercados promissores que clamam por soluções que dialoguem genuinamente com a geração 50+, construindo um legado de valor e impacto positivo ([InfoMoney, 2025).

Tendências e Oportunidades na Economia Prateada

A "Economia Prateada" ou "Economia da Longevidade" é um termo que descreve o conjunto de atividades econômicas e oportunidades de negócio voltadas para a população sênior. As tendências nesse mercado são claras e apontam para um futuro onde a inovação e a adaptação serão chaves para o sucesso (Gazeta Mercantil Digital, 2025).

As principais tendências da Economia Prateada apontam para a necessidade de personalização e segmentação, com soluções que atendam aos diversos estágios de vida, em vez de produtos genéricos. O consumidor 50+ busca novidades, troca de marcas e experiências, desafiando estigmas e exigindo que as empresas adaptem produtos, serviços e comunicação (Consumidor Moderno, 2025).

A tecnologia assistiva e a inovação são áreas de grande crescimento, com o desenvolvimento de dispositivos e aplicativos que promovem autonomia e bem-estar. Exemplos incluem robôs sociais, wearables, telemedicina e automação residencial, que estão revolucionando a vida dos idosos, proporcionando mais segurança e conectividade (Techloverz, s.d.). A inclusão digital é crucial para combater a exclusão e promover a conectividade, embora ainda seja uma barreira significativa para empresas tradicionais (InfoMoney, 2025). Plataformas online com interfaces simplificadas e suporte humanizado são essenciais para este público (doisz.com, s.d.).

O trabalho e o empreendedorismo sênior ganham força, com a demanda por oportunidades de trabalho flexíveis, programas de requalificação e apoio ao empreendedorismo para idosos. Estima-se que cerca de 4 milhões de trabalhadores com 60 anos ou mais estão no mercado de trabalho no Brasil, muitos na informalidade (Gazeta Mercantil Digital, 2025). Há um crescente número de profissionais 60+ que se reinventam e retornam ao mercado com novas atuações, seja por questões financeiras, desejo de se manter ativos ou vontade de realizar um sonho (InfoMoney, 2025).

A saúde preventiva e o bem-estar integral tornam-se centrais, com foco em

nutrição, atividade física e saúde mental. Produtos e serviços que promovem o autocuidado e a qualidade de vida são cada vez mais procurados, incluindo academias especializadas e terapias alternativas (InfoMoney, 2025).

O design universal e a acessibilidade em ambientes e produtos se tornarão um padrão. Soluções de moradia que ofereçam conforto, segurança e acessibilidade, como condomínios sênior e casas adaptadas, são cada vez mais procuradas (InfoMoney, 2025).

Finalmente, a intergeracionalidade será fundamental para uma sociedade mais inclusiva e colaborativa, com projetos e iniciativas que promovam a interação e a troca de conhecimentos entre diferentes gerações (Gazeta Mercantil Digital, 2025).

As oportunidades na Economia da Longevidade são vastas e multifacetadas. Empresas que investirem em pesquisa e desenvolvimento, inovação e na compreensão aprofundada desse público estarão na vanguarda de um mercado em plena expansão. É um convite para repensar modelos de negócios, criar valor e construir uma sociedade mais justa e próspera para todas as idades.

Conclusão

O cenário de envelhecimento populacional global não é apenas uma realidade demográfica, mas uma oportunidade estratégica para a inovação e o desenvolvimento social e econômico. A abordagem "Stage (Not Age)" de Susan Wilner Golden oferece um caminho claro para empresas e organizações que desejam não apenas compreender, mas ativamente engajar e servir a população com mais de 50 e 60 anos. Ao focar nos estágios de vida, e não na idade cronológica, é possível desbloquear o imenso potencial da economia da longevidade, estimado em US$ 22 trilhões.

As tendências de mercado apontam para a necessidade de soluções personalizadas, tecnologias assistivas, inclusão digital, oportunidades de trabalho flexíveis, e um foco crescente na saúde preventiva e no bem-estar integral. A inovação, nesse contexto, não se limita ao desenvolvimento de novos produtos, mas abrange a redefinição de modelos de negócios, a criação de ambientes inclusivos e a promoção de uma cultura que valorize a experiência e a sabedoria das gerações mais velhas. Ao abraçar a Nova Longevidade, as organizações podem não apenas gerar retornos financeiros significativos, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e próspera para todas as idades.

Sérgio Taldo é engenheiro mecânico, de turbinas de avião, presidente e fundador do Ctrl+Café, palestrante, futurista, líder do projeto 'The Climate Reality'.
Site: www.ctrlmaiscafe.com.br

POR Frederico Molina Cohrs

Redes de Apoio e Longevidade: o papel do Capital Afetivo na promoção da autonomia e funcionalidade de Pessoas Idosas

O envelhecimento da população representa uma das mudanças demográficas mais importantes do século XXI. No Brasil, as projeções indicam que até 2050 mais de 30% da população terá idade superior a 60 anos. Esta realidade traz desafios importantes relacionados à manutenção da qualidade de vida, autonomia e capacidade funcional das pessoas idosas. Neste cenário, as redes de apoio social aparecem como elemento fundamental para promover um envelhecimento saudável e ativo.

As redes de apoio podem ser entendidas como o conjunto de relações entre pessoas e grupos, incluindo familiares, amigos, vizinhos, organizações comunitárias e serviços formais de saúde e assistência social. Essas redes oferecem diferentes tipos de suporte - emocional, prático, informativo e material - que são essenciais para o bem-estar físico e psicológico na velhice (GALLARDO-PERALTA et al./2018).

Estudos recentes mostram que pessoas idosas com redes de apoio fortes apresentam menores riscos de depressão, perda de capacidade funcional e morte prematura, além de maior habilidade de manter sua independência nas atividades do dia a dia (BHATIA et al./2023; VILA/2021). Este artigo explora como as diferentes formas de redes de apoio contribuem para a longevidade com autonomia, destacando o papel do capital afetivo neste processo.

Foto: Freep¡k

POR Frederico Molina Cohrs

Tipos de Redes de Apoio e suas Contribuições

As redes de apoio à pessoa idosa podem ser divididas em três grandes grupos: redes familiares, redes não familiares e redes comunitárias formais. Cada uma desempenha papéis complementares e específicos na promoção da saúde e autonomia.

• **Redes Familiares:** a família continua sendo a principal fonte de apoio para a maioria das pessoas idosas. Famílias onde convivem diferentes gerações oferecem suporte emocional e prático significativo, reduzindo riscos de morte e promovendo bem-estar. Porém, a efetividade deste suporte varia conforme o gênero, condição socioeconômica e contexto cultural (GALLARDO-PERALTA et al./2018). Mulheres idosas, por exemplo, tendem a ficar mais vulneráveis ao isolamento em famílias menores, enquanto arranjos com várias gerações podem oferecer maior proteção.

• **A integridade familiar:** caracterizada por vínculos fortes, significado compartilhado e continuidade nos relacionamentos - é fundamental para manter a autonomia. Quando esses laços são fracos ou negativos, podem ocorrer efeitos prejudiciais sobre a saúde mental e física, exigindo intervenções específicas.

• **Redes Não Familiares:** amigos, vizinhos e as chamadas "famílias escolhidas" desempenham papel vital, especialmente para idosos sem suporte familiar adequado ou para grupos marginalizados, como pessoas LGBTQIA+ idosas (KIENINGER et al./2022). Essas redes compensatórias mantêm a autonomia e dignidade, funcionando como mecanismo de proteção social. A diversidade nas redes de apoio reduz riscos relacionados à perda de pessoas importantes, funcionando como uma estratégia de "aposta social distribuída".

• **Redes Comunitárias Formais:** organizações comunitárias, centros de convivência, grupos religiosos e serviços de saúde complementam o suporte familiar, fornecendo recursos durante mudanças de vida ou na ausência de parentes próximos. Essas redes formais são especialmente importantes em situações de vulnerabilidade socioeconômica.

Capital Afetivo: o Valor das Conexões Emocionais

O conceito de capital afetivo refere-se ao conjunto de recursos emocionais e relacionais que uma pessoa acumula ao longo da vida através de suas conexões significativas. Na velhice, este capital representa verdadeiro patrimônio para a saúde e longevidade.

O apoio emocional está fortemente ligado à redução de depressão e ansiedade, sendo especialmente importante para idosos que perderam pessoas queridas (TZENG et al./2023). A qualidade funcional deste suporte é mais determinante para os resultados de saúde do que simplesmente o tamanho da rede social. Pessoas que recebem apoio emocional de alta qualidade apresentam menor risco de morte e melhor saúde mental (VILA/2021).

Curiosamente, pesquisas mostram que dar apoio pode ser tão ou mais benéfico do que recebê-lo. Idosos que fornecem suporte a outros apresentam menores taxas de doenças e morte (BROWN et al./2005). Este padrão de mão dupla sugere que manter-se ativo nas relações de reciprocidade é fundamental para o envelhecimento saudável. Porém, variações culturais influenciam esta dinâmica, com diferentes sociedades valorizando de forma distinta os papéis de quem cuida e de quem recebe cuidados (RODRIGUES et al./2014).

Mecanismos Psicobiológicos: como as Redes de Apoio promovem Saúde

As redes de apoio exercem seus efeitos benéficos através de múltiplos mecanismos conectados. No plano emocional, o suporte social reduz o estresse psicológico e promove senso de pertencimento e propósito, fatores que protegem contra depressão e perda de capacidade cognitiva. A participação social ativa diminui sintomas de depressão e ansiedade, com a condição socioeconômica influenciando a extensão destes benefícios.

No aspecto físico, o apoio instrumental - que inclui ajuda com transporte, tarefas domésticas, preparação de alimentos e cuidados pessoais - impacta diretamente a saúde física e a capacidade funcional (WANG et al./2019). O suporte prático recíproco, combinado com participação em grupos sociais, protege contra declínio nas atividades instrumentais de vida diária (como gerenciar finanças, fazer compras, usar transporte), essenciais para a autonomia.

No nível biológico, o apoio social modula o sistema de resposta ao estresse através da regulação hormonal e do sistema nervoso, reduzindo o desgaste do organismo e aumentando a longevidade (HOSTINAR et al./2014). O sistema de ocitocina - hormônio relacionado ao vínculo social - desempenha papel central nestes mecanismos, modulando a forma como processamos emoções e interações sociais. Variações genéticas do receptor de ocitocina podem influenciar a eficácia do apoio social na proteção cardiovascular e no manejo do estresse.

Autonomia e Funcionalidade: mantendo a Independência

A autonomia na velhice envolve a capacidade de tomar decisões, manter independência nas atividades diárias e exercer autodeterminação. As redes de apoio são

Foto: Freepik

fundamentais para sustentar esta autonomia sem promover dependência excessiva.

Redes sociais mais limitadas associam-se a menor percepção de suporte disponível, impactando negativamente a saúde e autonomia. Por outro lado, redes diversificadas e de qualidade permitem que a pessoa idosa mantenha seu senso de controle sobre a própria vida. A composição destas redes tende a mudar ao longo do tempo, com parceiros, irmãos e amigos próximos permanecendo como vínculos-chave.

O isolamento social e a falta de apoio predizem redução na atividade física e aumento de incapacidade funcional. Programas de atividade física com suporte social adequado demonstram efeitos mantidos por até dois anos, melhorando autopercepções físicas, autoconfiança e independência funcional. Abordagens combinadas que integram estimulação cognitiva e exercício físico reduzem sintomas depressivos e previnem declínio nas atividades de vida diária em idosos frágeis.

Fatores Culturais e Contextuais

As redes de apoio e seus efeitos são influenciados por fatores culturais, de gênero e socioeconômicos. Em contextos asiáticos, estruturas familiares com várias gerações enfatizam interdependência, enquanto culturas ocidentais priorizam independência e envelhecimento ativo. O conceito de autonomia relacional reconhece que a autonomia está incorporada nas relações sociais e contextos culturais, exigindo abordagens inclusivas para o desenho de intervenções.

Diferenças de gênero são significativas: mulheres idosas tendem a ser mais frequentemente chefes de domicílio e provedoras de cuidado, com padrões distintos de troca de apoio e resultados de saúde. O status socioeconômico também molda o acesso a redes de apoio e participação social, influenciando recuperação e longevidade após eventos traumáticos.

Grupos marginalizados, como imigrantes e pessoas LGBTQIA+ idosas, frequentemente dependem de redes de apoio não familiares, que embora críticas para a autonomia, podem ser frágeis e requerem cuidados sensíveis à diversidade (KIENINGER et al./2022).

Implicações práticas e Políticas Públicas

O fortalecimento das redes de apoio deve ser prioridade nas políticas voltadas ao envelhecimento populacional. Intervenções efetivas incluem programas comunitários que promovem participação social, grupos de atividade física adaptada, espaços de convivência entre gerações e suporte para cuidadores familiares.

Porém, a diversidade da população idosa representa desafio significativo para o planejamento de ações de promoção da saúde. A segmentação epidemiológica surge como ferramenta estratégica para identificar subgrupos de idosos com perfis distintos de vulnerabilidade, funcionalidade e necessidades de apoio social (COHRS et al./2021). Esta abordagem, que integra dados demográficos, psicográficos e relacionados a doenças através de técnicas de aprendizagem de máquina, permite direcionar recursos de forma mais eficiente e desenvolver comunicações específicas para cada segmento populacional, otimizando os resultados das intervenções em saúde.

Modelos baseados na comunidade que utilizam codesign, incorporam líderes locais, aproveitam recursos existentes e adotam modelos flexíveis de financiamento são fundamentais para sustentar intervenções, especialmente em áreas rurais. A integração digital, com suporte para alfabetização tecnológica e sessões virtuais em grupo, amplia acessibilidade e participação em programas remotos. É essencial reconhecer que a maioria das evidências sobre redes de apoio mostra correlações, sendo necessários estudos de acompanhamento mais rigorosos para estabelecer relações de causa e efeito. A padronização na medição da qualidade e tamanho das redes de apoio, bem como a integração de biomarcadores, fortaleceria a base científica para intervenções.

Considerações Finais

As redes de apoio constituem pilar fundamental para o envelhecimento saudável, trazendo benefícios substanciais tanto para a longevidade quanto para a autonomia. O capital afetivo acumulado ao longo da vida, expresso através de relações significativas de apoio mútuo, representa recurso precioso para enfrentar os desafios da velhice.

Apoios emocional e prático possuem papéis distintos mas complementares, com a qualidade do suporte sendo mais importante que o tamanho da rede. Os mecanismos psicobiológicos, incluindo redução do estresse e modulação hormonal, explicam parcialmente como as conexões sociais se traduzem em saúde física e mental.

Para promover longevidade com autonomia e funcionalidade, é necessário investimento em políticas que fortaleçam redes de apoio diversificadas, considerando diferenças culturais, de gênero e socioeconômicas. Programas comunitários de participação social, atividade física e engajamento entre gerações, implementados com sensibilidade ao contexto e sustentabilidade, representam caminhos promissores para um envelhecimento populacional mais saudável e digno.

Frederico Molina Cohrs
é Doutor em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), com formação em Administração e MBA em Marketing de Serviços. Sua tese de doutorado desenvolveu o conceito de segmentação epidemiológica aplicada à promoção da saúde para idosos. Atua como pesquisador na UNIFESP, com expertise em epidemiologia, análise de dados, inteligência artificial e promoção da saúde. Suas pesquisas focam na longevidade saudável, autonomia funcional e desenvolvimento de estratégias inovadoras para identificar subgrupos populacionais visando intervenções mais efetivas em saúde pública.
E-mail: fcohrs@unifesp.br

POR Marcos Freitas

A importância de idosos se atualizarem a novas tecnologias

A tecnologia é uma via de facilitação e praticidade de diversos aspectos da vida humana. No século XXI, é quase impossível viver sem certas tecnologias, ao ponto que, imaginar viver sem tais avanços dá uma sensação como de "retornar a era das cavernas". Não se faz mais necessário usar o banco para fazer uma transação rápida, ligar para pedir comida, ir a uma loja para adquirir desejado produto ou ir à farmácia para fazer recarregar de credito no celular. Tudo pode ser feito em poucos segundos sem filas ou se dar ao trabalho de locomover-se para fora de sua residência.

Claro que com isso existem sempre aqueles indivíduos que não tiveram tempo de se atualizar a era moderna e suas nuances, estou falando deles, dos idosos.

Segundo a Agência Brasil: "de 2016 a 2024, o número de idosos que acessam a internet saltou de 6,5 milhões para 24,5 milhões. Esse crescimento representa alta de 278 %, ou seja, quase quadruplicou. Observando de outro ângulo, esses números revelam que, em 2016, 44,8% das pessoas com 60 anos ou mais utilizavam a internet. Em 2024, o patamar alcançou praticamente 70% (69,8%) dos idosos".

Claro que algo em torno de 70 % quando se fala de integrar a terceira idade ao mundo tecnológico parece muito, mas este artigo não é sobre quantidade de usuários da faixa etária citada, mas sobre a importância saber usufruir. Não é apenas uma questão de inclusão digital, mas também de promover a autonomia, bem-estar e qualidade de vida.

Inclusão social e combate ao isolamento

Idosos também sentem a solidão. Com a idade, é comum limitações físicas, perda de amigos e afastamento social. A tecnologia, nesse aspecto, é uma ponte de conexão com o mundo. Aplicativos de mensagens, chamadas de vídeo e redes sociais permitem que mantenham contato frequente com familiares e amigos, diminuindo o isolamento.

Estímulo cognitivo e aprendizado contínuo

Aprender a usar com novas ferramentas digitais estimula a memória, a concentração e a capacidade de raciocínio, áreas de extrema importância para se exercitar nessa fase da vida. Logo, não apenas integra os idosos ao mundo moderno, mas também contribui para a saúde mental.

Autonomia e independência

Como citado anteriormente, é possível realizar pagamentos, consultar extratos bancários, marcar consultas médicas, pedir transporte e até fazer compras sem sair de casa. Aprender a usar esses recursos significa maior liberdade no dia a dia e menos dependência de terceiros.

Integração intergeracional

Netos e filhos podem atuar como tutores, criando momentos de aprendizado conjunto e fortalecendo os vínculos familiares. Esse processo ajuda a desmistificar preconceitos e medos comuns em familiares dessa idade, mostrando que o aprendizado é possível em qualquer fase da vida.

Também deve ser considerado as dificuldades do individuo no momento de ensinar. Estudar as opções de acessibilidade pré-existentes no celular com base na necessidade do usuário é muito útil.

Desafios e estratégias

Apesar dos benefícios, o ensino de novas tecnologias para idosos deve ser realizado com paciência, empatia e didática adequada. É fundamental respeitar o ritmo de cada pessoa, utilizar linguagem simples, repetir os passos quando necessário e criar um ambiente de incentivo.

Deixo como adendo que é necessário inclusive atualizar seus entes da terceira idade sobre perigos da internet como golpes, links suspeitos e vírus.

Conclusão

Ensinar idosos a usar novas tecnologias é uma prática que vai além do simples ato de atualizar conhecimentos: estamos falando uma forma de inclusão social, estímulo intelectual e promoção de autonomia. Em uma sociedade cada vez mais digital, é fundamental garantir que os idosos não fiquem à margem das transformações, ainda mais quando essas mudanças podem ajudar a burlar dificuldades advindas da idade.

Marcos Freitas
é pessoa com deficiência, graduado em Biomedicina e ativista na causa PcD.
E-mail: marcos.frts20@gmail.com

Foto: Freepik

SUA OPINIÃO PODE MUDAR A FORMA COMO BARES E RESTAURANTES RECEBEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA...

Olá, eu sou a LIA Agente de Inteligência de Inclusão da Campanha Hospitalidade Acessível.

Responda à pesquisa, que está no QRCODE abaixo e colabore para a construção de uma nova mentalidade para o setor de alimentação fora do lar.

HOSPITALIDADE ACESSÍVEL

abrasel

Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS

NOVO NISSAN KICKS SENSE

NISSAN

PORTA-MALAS DE 470L.

PILOTO AUTOMÁTICO INTELIGENTE

+

14 SISTEMAS DE ASSISTÊNCIA DE DIREÇÃO.

A PARTIR DE

R$ 134.590,00

Desacelere. Seu bem maior é a vida!

Oferta válida de 04/03/2026 até 06/04/2026.
Consulte condições em nissan.com.br/ofertas. Imagens ilustrativas.